

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 073

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE JUNHO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltoninho Pupio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Curitiba, 04 de junho de 2001.

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho REQUERER a Vossa Excelência, espaço para uso da tribuna deste plenário, no

Grande Expediente na Sessão da próxima segunda-feira, dia 11/06/2001.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 04.06.2001

(a) DURVAL AMARAL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 652/99, item 09, em 2ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 156/99, item 10, em 1ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Hidekazu Takayama, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 391/2000, item 17, em 1ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Divanir Braz Palma, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 471/99, item 14, em 1ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1740

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de

Decreto Legislativo nº 03/2001, item 20, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a desanexação do Projeto de Lei nº 10/99, bem como sua inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 250, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do projeto de Lei nº 484/99, de minha autoria, cujo objetivo é o de proibir a denominação de Palácio aos prédios públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1659

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 250, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei 457/99, de minha autoria, cujo objetivo é autorizar o Governo Estadual, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar a Delegacia da Mulher no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1536

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER:

1 - A esta Casa de Leis que forneça hospedagem e passagens aéreas, conforme específica, para palestrantes e mediadores do "I Seminário Estadual sobre Oportunidade de Negócios em Seqüestro do CO2 e Benefícios Sócio-Ambientais", a se realizar no próximo dia 4 de junho, no plenarinho da Assembleia Legislativa.

a) Passagem aérea dia 04/05, Rio de Janeiro/Curitiba/Rio de Janeiro, para Doutora Isaura Frondizi, representante do BNDES.

b) Passagem aérea dia 04/05, Rio de Janeiro/Curitiba/Rio de Janeiro, para Engenheiro Eduardo Canêpa, Assessor para Assuntos do Meio Ambiente do BNDES.

c) Hospedagem e passagem aérea (Santos Dumont) 03/05 Rio de Janeiro/Curitiba, 04/05 Curitiba/Brasília, para Doutor Luis Antônio Stupf Ribeiro, Diretor do Departamento de Infra-Estrutura e Extensão Rural do Ministério do Meio Ambiente.

d) Hospedagem e passagem aérea dia 03/05 Brasília/Curitiba, volta 04/05 Curitiba/Brasília, para Engenheiro João Batista da Silva, Coordenador de projetos DIER/SARC, Ministério do Meio Ambiente.

e) Hospedagem e passagem aérea dia 03/05 Guarulhos SP/Curitiba, volta dia 04/05 Curitiba/Congonhas SP, para Professor Doutor Carlos Clemente Cerri, Diretor do Centro de Energia Nuclear da USP.

f) Hospedagem e pospedagem e passagem aérea dia 03/05 Brasília/Curitiba, volta dia 04/05 Curitiba/São Paulo, para Doutor Werner Kornexl, Representante do Carbon Fund Prototype do Banco Mundial.

g) Hospedagem e passagem aérea dia 03/05 São Paulo/Curitiba, volta dia 04/05 Curitiba/São Paulo, para Senhora Miriam Dualib, Coordenadora do Instituto ECOAR.

h) Hospedagem e passagem aérea dia 03/05 São Paulo/Curitiba, volta dia 04/05 Curitiba/São Paulo, para Senhorita Larissa Costa, Coordenadora do Instituto ECOAR.

i) Hospedagem e passagem aérea dia 03/05 São Paulo/Curitiba, volta dia 04/05 Curitiba/São Paulo, para Engenheiro Euclides Bueno Filho, Consultor Green Forest.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1683

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família de José Cupertino dos Santos, falecido no último dia 02 de junho, no Município de Jussara.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1684

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família de Tadayose Ueno, falecido no último dia 23 de maio, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1685

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família de

Massako Kakuda Tanaka, falecido no último dia 28 de maio, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1686

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família de Ozerides Peasson, falecido no último dia 29 de maio, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1697

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Francisco Accioly Neto, ocorrido dia 02.06.2001 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.06.2001

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 57 anos de idade, faleceu nesta Capital no último dia 2, o advogado Francisco Accioly Neto, diretor da Faculdade de Direito, professor de Direito Penal, ex-presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB) e ex-Deputado Estadual.

Era filho do Senador Accioly Filho e Ilka Accioly. Deixa viúva Maria Helena Barrozo e 03 filhas.

O destino privou ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveste uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho que tanto o dignificou.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Será grande o céu e a paz sobre Francisco Accioly e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Aceite, pois, amigo Accioly, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Decanse em paz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família de Francisco Accioly Neto, endereçando a ele voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do doutor Francisco Accioly Neto, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, com 57 anos, em data de 02 de junho (sábado último) vítima de câncer no pulmão, Francisco Accioly Neto.

Homem de grande valor, Francisco Accioly Neto deixou muitas marcas por onde passou. Era muito conhecido em todo o nosso Estado, pois era um dos mais respeitados advogados do Paraná.

Professor de Direito Penal, foi Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil OAB/PR, e atualmente era Diretor da conceituada Faculdade de Direito de Curitiba. Filho do Senador Accioly Filho e de Dona Ilka Accioly, seguiu também carreira política, tendo assento como deputado estadual nesta Casa de Leis de 1975 a 1978 (8ª Legislatura) e foi um dos maiores legisladores que este Poder Legislativo já teve.

Homem respeitado pela sua conduta, pela sua integridade e sabedoria, era muito requisitado nas decisões importantes do nosso Estado - conosco compôs a Comissão de Alto Nível do governo do Estado do Paraná, que investigou, em março de 2000 as irregularidades denunciadas pela CPI Nacional do Narcotráfico e que envolviam policiais civis.

Sua participação foi de elevada importância e sua presença foi fundamental para a realização do nosso trabalho, já que o doutor Francisco Accioly Neto, com sua grande perspicácia e rara inteligência, nos soube guiar pelos caminhos da investigação penal.

O Paraná perdeu uma grande personalidade. O mundo acadêmico na área jurídica fica órfão, pois ele era um grande mestre - muitos juristas hoje famosos passaram por suas mãos e suas lições são inesquecíveis.

Francisco Accioly Neto deixa viúva a Senhora Maria Helena Barrozo e as filhas Tereza Cristina, Valéria e Maria Francisca.

À sua família enlutada (R. Dez. Otávio do Amaral, 741 - ap.1102- Curitiba/PR) votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1533

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do Município de Corumbataí do Sul, pelas comemorações alusivas aos 14 anos de emancipação político-administrativa do município, em 27 de maio do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul (Rua Tocantins, 510 - CEP 86970-000 - Corumbataí do Sul - PR), e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Guarani, 470 - CEP 86970-000 - Corumbataí do Sul - PR).

Sala das Sessões, em 04.06.2001

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1534

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações aos Operadores de Colheitadeiras, que venceram o VI Concurso de Redução de Perdas na Colheita de Soja - Safra 2002/2001, evento promovido pela Emater - Paraná, com apoio da Prefeitura Municipal de Mamborê e Banco do Brasil, fazendo parte das comemorações dos 45 anos da Emater.

1º lugar - Valter Machado - 10,35kg/ha;

2º lugar - Élio da Silva - 19,29 kg/ha;

3º lugar - Paulo Baum Sehaber - 19,42 kg/ha.

Que da aprovação deste, seja enviada correspondência aos agraciados, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Mamborê, no endereço Rua Guadalajara, 645 - CEP 87340-000 Mamborê-PR.

Também sejam parabenizados os organizadores técnicos da emater, Senhores Paulo César e Luiz Vanderlei da Silva; Gerência do Banco do Brasil - senhor Aparecido Galinari e Prefeito Municipal de Mamborê, senhor Armando Alves de Souza.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1528

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sanepar, solicitando a realização de estudos com o objetivo de revisar o índice de cobrança da taxa de rede de esgoto nos municípios do Oeste do Paraná, haja vista as inúmeras reclamações que a referida entidade vem recebendo de lideranças políticas e sociais da região, considerando que os valores atualmente praticados são bastante elevados.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 216/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas de ônibus ficam obrigadas a conceder gratuidade nas passagens intermunicipais para idosos acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Art. 2º - O bilhete da passagem deverá ser adquirido com antecedência de, no mínimo, 08 (oito) dias.

Parágrafo Único - A passagem deverá ser nominal e intransferível, devendo o portador identificar-se na hora do embarque, munido de Cédula de Identidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com esta proposição, isentar do pagamento da passagem nos ônibus intermunicipais, os idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

A parcela de idosos da população tem adquirido pequenos direitos a uma sobrevivência condigna, mercê da poupança formada nas unidades familiares e na comunidade como um todo. Tal parcela de velhos e anciãos ainda exerce um papel grupal da mais alta relevância: ela opera como um memorial social do grupo em causa.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o direito a gozar a vida, após a existência dedicada ao trabalho socialmente útil.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais, com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, denteição, locomoção, etc.

Assim sendo, esperamos que esta proposição seja acolhida e aprovada por esta Casa e, posteriormente, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, para que surta os efeitos necessários.

PROJETO DE LEI Nº 217/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a desenvolver e executar programas de atividades esportivas e culturais, nas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio, durante os períodos de férias escolares. Essas atividades são abertas a toda a sociedade, não havendo obrigatoriedade do participante ser aluno da escola.

Art. 2º - Durante a duração do programa, as escolas devem oferecer, para a comunidade, atividades de formação que dêem às pessoas a oportunidade de desenvolverem alguma habilidade: escolinha de futebol, basquete, vôlei, teatro, etc.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a "Semana da Família na Escola", como atividade nos períodos de férias escolares, quando serão realizadas programações culturais e esportivas.

Parágrafo Único - A "Semana da Família na Escola" tem por objetivo promover a integração entre pais e filhos, que não precisam, necessariamente, ser alunos de estabelecimentos de ensino. A escola servirá ape-

nas como um local onde as atividades serão realizadas. Essa aproximação pode resultar num ambiente melhor que irá refletir no dia-a-dia da escola e da própria comunidade.

Art. 4º - A coordenação da “Semana da Família na Escola” deverá firmar parcerias com clubes de serviços (Lions, Rotary Club, etc) para a realização da Feira de Saúde e demais atividades que prestem serviço voluntário à população.

Art. 5º - As Secretarias de Estado de Educação, de Cultura, da Criança e Assuntos da Família e a Coordenação de Esportes, em conjunto com as Secretarias Municipais e Associações de Pais e Mestres (APM) poderão estabelecer o calendário, as atividades e o conteúdo de palestras a serem apresentadas aos pais e alunos.

Art. 6º - O Estado, para o desenvolvimento das atividades, poderá firmar convênio com as Associações de Pais e Mestres (APMs) com o objetivo de contratar, temporariamente, profissionais das áreas esportivas e cultural.

Art. 7º - As palestras poderão ser ministradas por voluntários conveniados pelas APMs, para promover o envolvimento da comunidade com a escola e com o projeto.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a publicar os programas de que trata a presente lei, no Diário Oficial do Estado, até um mês antes dos períodos destinados às férias escolares.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade moderna vive um momento de grande insegurança em consequência das constantes notícias e dos alarmantes índices de violência generalizada. Muitos são os aspectos que levam a essa situação: desagregação familiar, desemprego, consumo de drogas, ociosidade e falta de perspectivas pessoais e profissionais.

O quadro se agrava quando observamos a periferia das médias e grandes cidades onde os jovens não são contemplados com alternativas para ocuparem, de forma sadia, o seu tempo livre ou ocioso. É notória a falta de espaço para a prática de esportes e atividades artísticas e culturais. Muitas vezes, a única forma de lazer que têm à sua disposição é o bar da esquina, o consumo de álcool, más companhias, uso de drogas, entre outras práticas nocivas. Essas, seguramente, são grandes influências para a motivação da violência e marginalidade.

É possível reverter esse quadro a partir da adoção de medidas simples, que praticamente não exigem do Poder Público e da sociedade mais que vontade política e criativa. Esta é a razão que nos motiva a apresentar o presente projeto.

Nos períodos de férias, as escolas ficam abandonadas. Por que não usar suas dependências - quadras de esportes e auditórios - para promover palestras educativas sobre problemas que atingem as famílias que, por falta de informação, ficam à mercê desses perigos: AIDS, álcool, drogas, jogos de azar, doenças contagiosas, entre outros? Serão abordados, também, temas que levem à construção da consciência de cidadania. Podem ser promovidos campeonatos de várias modalidades esportivas e gincanas, ou exibir filmes e peças de teatro. Por que não usar as salas de aula para realizar cursos extracurriculares e alfabetização de adultos e idosos?

Durante a “Semana da Família na Escola” podem ser divulgados serviços de interesse da escola e a população, como por exemplo, o CES - Centro de Estudos Supletivos e o programa de alfabetização de adultos.

Sempre que os recursos provenientes do convênio com o Estado não forem suficientes para a aplicação da programação em sua totalidade, a Associação de Pais e Mestres poderá realizar festas beneficentes para a arrecadação de verba complementar, além de buscar patrocínios no comércio local. O dinheiro arrecadado com estas atividades pode ser utilizado, inclusive, na manutenção da escola.

PROJETO DE LEI Nº 218/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vila Industrial do Município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Industrial do Município de Laranjeiras do Sul, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com maestria as finalidades para as quais foram criadas. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública, por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 219/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, visando similaridade com as tabelas e princípios adotados pelo Estado de São Paulo.

Art. 2º - O lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de aves, fica deferido para o momento em que ocorrer:

I - saída de aves vivas com destino:

- a) a outro Estado;
- b) ao exterior;
- c) a consumidor.

II - a saída:

a) de aves abatidas ou produtos comestíveis resultantes de sua matança, em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, do estabelecimento abatedor;

b) de preparações ou conservas de carnes ou produtos comestíveis resultantes de sua matança, do estabelecimento industrializador.

III - o fornecimento, como alimentação, de produtos comestíveis resultantes de sua matança, em restaurante ou estabelecimento similar.

§ 1º - Aplica-se o deferimento previsto neste artigo ao recebimento decorrente de importação do exterior de pintos de um dia e de avestruz.

§ 2º - Poderá o estabelecimento abatedor de aves, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída dos produtos resultantes do debate, ainda que submetidos a outros processos industriais, opção esta que será declarada em termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo.

§ 3º - O crédito correspondente ao percentual referido no parágrafo anterior:

1 - será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada de:

a) aves vivas, originárias de outro Estado, ou daquele recebido em transferência de estabelecimento rural de produtor;

b) energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial;

c) produtos resultantes do abate de aves, independente da origem.

2 - condiciona-se a que a operação de saída seja tributada ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 4º - Não se compreende na operação de saída referida no § 2º aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 3º - O lançamento do imposto incidente nas sucessivas operações com gado em pé bovino ou suíno fica deferido para o momento em que ocorrer:

I - a saída de gado em pé com destino:

- a) a outro Estado;
- b) ao exterior;
- c) ao consumidor.

II - a saída de produtos comestíveis resultantes de seu abate, de estabelecimento frigorífico ou de qualquer outro que promova o abate, ainda que submetidos a outros processos industriais;

III - a saída dos subprodutos da sua matança.

Art. 4º - Poderá o estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino ou suíno, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída de produtos resultantes do abate dessas espécies de gado, ainda que submetidos a outros processos industriais.

§ 1º - O crédito correspondente ao percentual referido no *caput* deste artigo:

1 - será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada de:

a) gado bovino ou suíno em pé, originário de outro Estado, ou daquele recebido em transferência de estabelecimento rural de produtor;

b) produtos resultantes do abate de gado bovino ou suíno, independentemente da origem;

c) energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial.

2 - condiciona-se a que a operação de saída seja tributada, ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 2º - Não se compreende na operação de saída referida no *caput* aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

§ 3º - A opção aludida no *caput* será declarada em termos no livro Registro de utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo, termos esses que produzirão efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua lavratura.

Art. 5º - Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com os produtos a seguir indicados, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento). (Convênio ICMS-128/94, cláusula primeira):

I - ave, coelho ou gado bovino, suíno, caprino ou ovino em pé e produto comestível resultante do seu abate, em estado natural, resfriado ou congelado;

II - leite esterelizado (longa vida) classificado nos códigos 0401.10.10 e 0401.20.10 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, e leite em pó;

III - carnes e miudezas da espécie suína, comestíveis, salgadas, classificadas, respectivamente, nos códigos 0210.19.00 e 0210.12.00, pele comestível de suíno salgado, classificado no código 0210.12.00, todos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;

IV - queijos tipo mussarela, prato e de minas, manteiga, margarina e creme vegetal;

V - apresuntado;

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O ICMS é um imposto que na sua estrutura constitucional incide sobre o valor da venda dos produtos e é apurado mediante a dedução do imposto que incidiu nas etapas anteriores de circulação da mercadoria, de seus insumos e dos serviços utilizados que tenham sido onerados pela incidência do tributo.

Assim é imperativo constitucional que se reconheça sempre o direito ao crédito do imposto nos casos de operações sujeitas ao pagamento do imposto.

O mecanismo de apuração do crédito do tributo é facilitado em operações em que o fornecedor de mercadorias e de insumos é empresa regularmente inscrita e com controle efetivo de suas operações. No entanto, quando o fornecedor de mercadorias e insumos é produtor agropecuário a questão da utilização dos créditos fica mais complicada, tendo em vista as enormes dificuldades, tanto de ordem técnica quanto de ordem operacional, que se apresentam aos produtores para que eles possam efetivamente utilizar o crédito dos seus insumos de produção.

Diante dessa realidade, os Estados, em obediência ao princípio de não cumulatividade previsto na Constituição, vem adotando a sistemática de conceder, aos estabelecimentos que beneficiam ou industrializam mercadorias adquiridas de produtores, um crédito que corresponda ao valor estimado do imposto incidente nas etapas anteriores sobre as mercadorias, bens, insumos e serviços utilizados na atividade agropecuária.

O Estado do Paraná é reconhecidamente um Estado com vocação para a agricultura e pecuária, sendo grande produtor de gado bovino e suíno e de aves, tendo em seu território um parque industrial com significativa participação no mercado nacional de carnes e produtos derivados do abate desses animais.

Não se pode esquecer, no entanto, que o Estado de São Paulo não é apenas o maior mercado consumidor

desses produtos do país como é também grande produtor de aves e de gado bovino e suíno, suas carnes e derivados, e as mercadorias lá produzidas concorrem com os produtos paranaenses no mercado nacional, no mercado paulista, e igualmente, no mercado do Paraná.

Ocorre que no Estado de São Paulo a legislação do ICMS concede às empresas que sejam adquirentes de aves, coelhos, gado bovino, suíno, caprino e ovino, um crédito sobre o valor da venda das carnes e derivados do abate desses animais, por conta do crédito dos insumos utilizados pelos produtores, fato que dá condições extremamente favoráveis aos produtos paulistas frente, aos produtos paranaenses em quaisquer dos mercados nacionais, inclusive no Estado do Paraná.

Até recentemente o Estado do Paraná vinha concedendo às operações com carne de gado, aves e produtos resultantes do abate desses animais, um crédito, à semelhança do concedido pelo Estado de São Paulo, embora em percentual inferior, que permitia às empresas paranaenses continuar operando, ainda que com dificuldades. Todavia, os efeitos da liminar concedida ao Estado de São Paulo, numa ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a concessão de benefícios fiscais pelo Paraná, acabou redundando na equivocada revogação do citado crédito em nosso Estado, uma vez que o Estado de São Paulo, autor da ação, concede o crédito antes referido sem o considerar como benefício fiscal.

Assim, tendo em vista a urgência de que se reveste o assunto, uma vez que a essa situação vai redundar em prejuízo direto aos produtores, que são em sua grande maioria pequenos e médios, é que apresentamos o presente projeto de lei que busca dar extraterritorialidade à legislação paulista com o objetivo de garantir ao abatedor paranaense o mesmo tratamento que vem sendo dado aos abatedores daquele Estado, via reconhecimento de um crédito correspondente ao valor estimado do imposto incidente sobre os insumos da produção agropecuária, que por iniciativa do Governo do Estado de São Paulo (ADIN 2155-9) foi retirado dos contribuintes paranaenses.

Com isto, estará o Estado do Paraná, apenas, dispensando tratamento tributário isonômico aos contribuintes aqui estabelecidos, buscando evitar também que o Estado de São Paulo possa novamente representar contra o Estado do Paraná nesta questão, pois se o fizer, estará representando contra a sua própria legislação local e em consequência, contra o seu produtor rural e as suas indústrias.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 220/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica decretado o dia 02 de junho, Dia Estadual da Etnia Italiana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se esta homenagem à etnia italiana, pelo número de colonizadores, desbravadores e investidores, que há séculos estão colaborando com o crescimento e desenvolvimento em busca de parceria com o povo paranaense. Hoje, entre descendentes de italianos legítimos, o Paraná já assiste com mais de 2.000.000 de descendentes italianos, dos 9.000.000 de habitantes do Estado do Paraná, sabendo o que devemos a este povo, pela sua dedicação e entusiasmo, concernentes a este povo europeu. Eis a razão que justifica, plenamente, esta homenagem, designando, o dia 02 de junho, como marco e data da Unificação italiana.

PROJETO DE LEI Nº 221/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Creche Branca de Neve, com sede e foro no Município de Faxinal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Em 1984 iniciou a programação para a criação da Creche Branca de Neve, com um trabalho voltado a atender as crianças carentes, sendo a primeira creche do Município de Faxinal. No início eram 15 crianças, mas logo passaram de 35 crianças atendidas. Iniciaram-se os trabalhos da creche com a ajuda da Comunidade Evangélica Luterana de Rolândia, que viabilizou uma verba da Alemanha, que foi utilizada para construção da nova creche e aquisição de um veículo.

A Associação Creche Branca de Neve, tem como objetivos gerais, o atendimento à clientela de baixa renda, colaborar com a alimentação, saúde, vestuário, ensino pedagógico, trabalho, recreação e educação religiosa das famílias que atende diariamente.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Creche Branca de Neve.

PROJETO DE LEI Nº 222/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, o Provopar - Programa

do Voluntariado Paranaense do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 01.848.106/0001-02, com sede à Rua Padre Emílio Barbieri, s/n, Centro, Foz do Jordão-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que Programa do Voluntariado Paranaense - Provopar do Município de Foz do Jordão, tem-se elevado no trabalho de atendimento à área social daquele município, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que revertem em benefício da população carente.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que a mencionada entidade possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente do Município de Foz do Jordão antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 223/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido qualquer pessoas fumar nos hospitais e escolas do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os dirigentes destas instituições são os responsáveis pela aplicação da lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

O número de fumantes aumenta a cada dia por inúmeros fatores. Seja pelo incentivo proposto pelas propagandas, seja por fatores pessoais ou pela falta de informação no que se refere aos males causados para a saúde da pessoa.

Conscientes ou não, os fumantes ativos são sempre vistos. A grande maioria tem consciência dos males que este ato causa. Doenças respiratórias, problemas nas cordas vocais, câncer, entre tantas outras. Porém, os fumantes passivos são os grandes prejudicados, pois também ficam sujeitos a terem tais doenças devido a convivência com fumantes.

A Organização Pan-Americana de Saúde estima que entre 120 mil a 200 mil pessoas morrem todos os anos nas Américas por causa do fumo passivo. Calcula-se entre 50% e 70% dos habitantes dessas regiões estejam, expostos à fumaça do cigarro.

Sem dúvida, os fumantes passivos são os mais prejudicados, pois com a fumaça respirada, mais de 40 substâncias cancerígenas são ingeridas.

O Estado do Paraná precisa ter iniciativa para combater tantas mortes por este motivo, contribuindo com a Organização Mundial de Saúde, que defende a busca de uma melhor qualidade de vida para a nossa população.

PROJETO DE LEI Nº 224/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera o artigo 1º da Lei nº 7.417/80, que declarou de Utilidade Pública a Associação Educacional Lins de Vasconcelos, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educacional Espírita Lins de Vasconcelos, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende apenas alterar a redação da Lei nº 7.417/80, que declarou de Utilidade Pública a Associação Educacional Lins de Vasconcelos, pois devido a uma alteração estatutária a denominação da entidade passou a ser: Associação Educacional Espírito Lins de Vasconcelos.

A Associação Educacional Espírita Lins de Vasconcelos de Cascavel é uma daquelas associações compostas de pessoas apaixonadas por aquilo que fazem e por esta razão se dedicam nesta atividade, deixando muitas vezes, o lado financeiro e a família, em busca de um objetivo.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 225/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Físicos de Cascavel - Adefica, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende declarar de Utilidade Pública a Adefica - Associação de Deficientes Físicos de Cascavel. A Adefica é uma entidade beneficente e sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é a inclusão social das pessoas com deficiências físicas na sociedade. Esta entidade se mantém da contribuição de seus associados, das doações e promoções por ela realizadas com fins de arrecadar recursos para desenvolver suas ações.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 226/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o comitê Estadual de Gestão de Energia - Coege-PR, com finalidade de controlar o desperdício de energia e encontrar alternativas para a crise energética.

Art. 2º - O Comitê Estadual de Gestão de Energia será composto, no mínimo por:

- a) um representante da Itaipu-Binacional;
- b) um representante da Copel;
- c) um representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- d) um representante do Governo do Estado do Paraná;
- e) um representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
- f) um representante da Associação Comercial do Paraná;
- g) um representante da Associação dos Municípios do Estado do Paraná;
- h) um representante do Procon;
- i) um representante da OAB-PR.

Art. 3º - O Comitê Estadual de Gestão de Energia estabelecerá seu regimento interno.

Art. 4º - O comitê gestor terá poderes normativos que deverão ser adotados tanto pelo Governo do Estado do Paraná, como também pelo setor privado no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A crise de fornecimento de energia que assola parte de nosso País poderia ser atenuada, caso houvesse uma entidade com objetivo único de reunir dados e propor alternativas para preveni-la.

Ainda no nosso País, o Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia) mostrou-se como uma fórmula inteligente que, infelizmente na atualidade, por motivos vários, deixou a desejar.

Aqui no Paraná, que por hora está fora da hipótese de racionamento, há necessidade da existência de um organismo que reúna não somente os geradores e fornecedores de energia como também representantes dos usuários com finalidade de estabelecer uma política de prevenção contra os riscos de falta de energia.

Acreditamos que desta forma estamos dando uma demonstração de atenção ao problema e integração à realidade brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 227/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A implantação de estabelecimentos comerciais de grande porte em áreas urbanas observará os requisitos estabelecidos por essa lei, sem prejuízo das demais exigências impostas por legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 2º - A implantação de estabelecimento comercial de grande porte em área urbana dependerá para a obtenção de licenças ou autorizações a cargo do Poder Executivo municipal da elaboração e da aprovação prévias de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

§ 1º - Considera-se estabelecimento comercial de grande porte para os efeitos desta lei qualquer estabelecimento atacadista ou varejista que ocupa área construída superior a 1000 m (mil metros quadrados), em uma ou mais edificações situadas em um mesmo lote ou em lotes contíguos.

§ 2º - Somente poderá ser implantado o estabelecimento comercial de grande porte caracterizado na conclusão do EIV como viável sob os aspectos sócioeconômico e urbanístico.

§ 3º - Considera-se viável para os efeitos desta lei o estabelecimento comercial de grande porte cujos efeitos positivos associados à sua implantação, superem os negativos.

Art. 3º - O EIV será elaborado de forma a mensurar e qualificar impacto sócio-econômico e urbanístico potencialmente associado à implantação do estabelecimento comercial.

§ 1º - A análise dos efeitos socio-econômicos considerará no mínimo os seguintes fatores.

I - defesa do consumidor;

II - estrutura comercial;

III - emprego e renda;

IV - relações sociais entre os membros da comunidade.

§ 2º - A análise dos efeitos urbanísticos considerará, no mínimo, os seguintes fatores:

I - adensamento populacional;

II - capacidade dos equipamentos urbanos e comunitários;

III - uso e ocupação do solo;

IV - valorização imobiliária;

V - geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI - ventilação e iluminação;

VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

§ 3º - Observado o disposto nos §§ 1º e 2º, o EIV conterá:

I - a definição dos limites geográficos da área a ser direta ou indiretamente afetada pelo estabelecimento comercial;

II - o diagnóstico da área de influência do estabelecimento comercial, de modo a caracterizar a situação antes da sua implantação;

III - a identificação e a análise de todas as alternativas de localização do estabelecimento comercial, confrontando-as entre si e com a hipótese de não implantação;

IV - a identificação e a avaliação sistemática dos efeitos positivos e negativos associados a implantação do estabelecimento comercial;

V - a identificação dos planos e programas governamentais existentes, propostos e em implantação na área de influência do estabelecimento comercial e sua compatibilidade com este;

VI - a proposição de medidas compensatórias dos efeitos negativos associados ao estabelecimento comercial, explicitando seus custos estimados e os responsáveis pela implementação das mesmas.

VII - a conclusão sobre a viabilidades do estabelecimento comercial sob os aspectos socio-econômicos e urbanísticos.

Art. 4º - Aprovado o EIV, as medidas compensatórias por ele previstas serão obrigatoriamente implementadas, sob pena de cassação das licenças e autorizações a cargo do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - No processo de elaboração do EIV, garantir-se-á a audiência da comunidade afetada pelo estabelecimento comercial, bem como das organizações representativas dos empregados e empregadores no setor do comércio.

Art. 6º - Dar-se-á ampla publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para con-

sulta no órgão competente do Poder Executivo Municipal por qualquer interessado.

Art. 7º - São nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Executivo Municipal expedidas sem que tenham sido observados os requisitos previstos nesta lei.

Art. 8º - A elaboração e a aprovação do EIV não substituem a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) requeridas nos termos da legislação ambiental.

Art. 9º - Lei municipal poderá estender a obrigação de elaboração e aprovação de EIV para a implantação em área urbana de empreendimentos ou atividades não abrangidos por esta lei.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor em 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoio:

Miltinho Puppio, Nelson Garcia, Durval Amaral, Nelson Tureck, Divanir Braz Palma, Cleiton Kielse e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende, basicamente, estabelecer salvaguardas contra os inúmeros efeitos negativos que surgem com a implantação de estabelecimentos comerciais de grande porte.

As experiências com a implantação de grandes estabelecimentos comerciais mostram pontos negativos e positivos. Como positivos, pode ser apontado o aumento das opções de compra, bem como, em alguns casos o revigoramento de parte do comércio local, quando este consegue se reciclar para enfrentar a concorrência. Em regra, a implantação de mega-empresendimentos comerciais traz prejuízos para toda a cultura local de consumo, na qual os pequenos varejistas são importantíssimos. Cada grande loja inaugurada corresponde a um grande número de pequenos comerciantes que fecham as portas.

Os países desenvolvidos praticam medidas de proteção do comércio local como forma de preservação da estrutura socioeconômica da comunidade. Há países, por exemplo, que proíbem a instalação de hipermercados em cidades de pequeno porte.

No Brasil, mesmo com problemas bastante graves e de concorrência desleal, desequilibrada e até predatória neste ramo do comércio ainda não temos legislação específica. Tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 2179-A, que prevê a exigência prévia do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança, para a implantação de estabelecimentos comerciais de grande porte nas áreas urbanas.

Segundo estudos referentes a hipermercados já implantados para cada emprego criado por esse tipo de equipamento perdem-se outros 1,5. Os salários são baixos em relação ao mercado. Os governos locais, em geral,

deslumbram-se com a entrada dos grandes estabelecimentos varejistas, sem perceber que, muitas vezes os custos de infra-estrutura arcados pelo município superam as receitas de impostos geradas.

Pesquisas realizadas nos EUA descobriram que um dólar gasto num comércio local tem uma rentabilidade econômica quatro a cinco vezes superior à de um dólar gasto na Wal-Mart. Os comércios tradicionais canalizam tradicionalmente os seus lucros para a comunidade. Cada loja Wal-Mart, contudo envia lucro para a sede, retirando a comunidade recursos que anteriormente eram depositados nos bancos locais ou investidos em projetos locais. O pequeno varejista, quando abre uma loja no bairro ou na pequena cidade procura um ponto de passagem para facilitar o acesso dos compradores, ajuda seus preços a concorrência local, dispõe-se a cumprir o horário de interesse dos clientes e procura colocar à venda produtos para atender a demanda de maneira equilibrada. Na maior parte dos casos, é membro da comunidade, participa de eventos socioculturais e torna-se um elemento integrado da comunidade.

No Brasil e especialmente no Estado do Paraná, onde a concentração das redes de supermercados acabou na mão do capital estrangeiro, que apenas exige a remessa sistemática do lucro, a realidade é mais grave, até porque no Brasil e no Paraná a taxa de urbanização é maior que a mundial. Estudos e previsões mostram que a Região Metropolitana de Curitiba, sofre uma incontrolável concentração urbana em detrimento do meio rural do Paraná.

Uma das conclusões a que chegou a CPI dos Supermercados desta Assembléia Legislativa, mesmo que impedida de ter continuidade e conclusão satisfatória, foi de exigir o EIV.

Por outro lado, no Congresso Nacional, já tramitam propostas neste sentido de Lei Federal, exigir, como requisito prévio, a realização do EIV.

Diante disso, propõe-se a criação deste novo instituto voltado especialmente à análise técnica dos efeitos gerados pela implantação de grandes estabelecimentos comerciais: o estudo de impacto de vizinhança - EIV, para que neste estudo prévio, se mensure e qualifique-se o impacto associado à implantação destes estabelecimentos comerciais, quer do ponto de vista socioeconômico, quer do ponto de vista urbanístico.

PROJETO DE LEI Nº 228/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa Parceiro da Escola, a ser implantado no Estado do Paraná.

Art. 2º - O programa mencionado no artigo anterior consistirá da participação da iniciativa privada na aquisição de uniformes, equipamentos, materiais, móveis

escolares, e na reforma e/ou ampliações das escolas da rede Estadual de Ensino.

Art. 3º - As empresas que participarem do referido programa poderão explorar, com exclusividade sua publicidade nos equipamentos, materiais e uniformes doados, bem como através de outdoors nas escolas, em locais indicados pela APM do colégio beneficiado.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a estipular redução de ICMS das empresas que aderirem ao Programa.

Art. 5º - A fiscalização da correta aplicação dos recursos destinados às finalidades descritas no art. 2º desta lei ficará ao encargo da APM do colégio beneficiado. O conselho escolar, não concordando com o destino dado aos recursos, comunicará sua reprovação às autoridades competentes da Secretaria da Educação e do Tribunal de Contas, para as devidas providências.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A propositura tem como objetivo incentivar a ajuda das empresas para com as escolas mais carentes, pois é grande o número de alunos que não possuem condições de adquirir uniformes e material escolar, apesar do esforço do governo em reduzir as disparidades.

Por outro lado, sabe-se que muitos colégios estão com instalações deterioradas e têm dificuldades de resolver os problemas a curto prazo.

Faz-se necessária a participação da sociedade, através da iniciativa privada, para tentar melhorar as condições dessas escolas, tendo como contrapartida a possibilidade de explorar sua publicidade nas escolas que forem beneficiadas com tal auxílio. A Associações de Pais e Mestres das escolas são as mais indicadas para apontar as reais necessidades e juntamente com o conselho escolar fiscalizar a correta aplicação dos recursos.

PROJETO DE LEI Nº 229/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - do Município de Rio Bonito do Iguaçu, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Bonito do Iguaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com maestria as finalidades para as quais foi criada, prestando assistência aos que dela necessitam. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua comunidade e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública, por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme entendimento entre todas as Lideranças dos Partidos com assento nesta Casa, hoje, em virtude da Sessão Especial que tivemos, não terá o Pequeno Expediente nem o Grande Expediente, somente o Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL, PSB, PSC, PST.

(**Declinam**)

PSL. Com a palavra o Senhor Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Primeiramente, gostaria de destacar, no Comitê de Imprensa, a presença de Luiz Geraldo Mazza, sem dúvida o grande comentarista político do momento, do passado e, certamente, futuro.

Senhor presidente, nossa presença hoje aqui é precisamente para pedir regime de urgência ao projeto que apresentamos na semana passada. Vou ler a justificativa, senhor presidente.

(**Lê**):

“JUSTIFICATIVA:

A tramitação, em regime de urgência, do projeto de lei em pauta, deve-se ao fato de que o Banestado/Itaú, além de prejudicar funcionários com pressão psicológica, demitir em massa, também prejudica os clientes com fechamento de agências na capital e no interior do Estado. E agora com complicações ainda maiores no que se refere a bloqueios de repasse de ICMs para as prefeituras como são os casos dos municípios de Maringá e Iva-tuba (para ficar somente em dois), onde os prefeitos estão deixando de movimentar as contas municipais junto ao Banestado/Itaú e empresários e lideranças da região prometem boicotar este estabelecimento financeiro que está sendo nocivo para a economia paranaense.”

O Banestado/Itaú, senhor presidente, nós deveríamos proibir usar o nome de Banestado, porque toda a sua capitalização de recurso está servindo para investimentos no Estado de São Paulo.

Nós vimos na imprensa, um pronunciamento do Deputado Ricardo Maia, de Maringá, o qual também se associa contra a posição do Banco Itaú-Banestado. Na

verdade, estão conseguindo trazer um prejuízo tremendo aos municípios do Paraná e certamente ao setor empresarial do Estado.

No entanto, nós aprovamos aqui na Assembléia, um projeto dando 5 anos para que esse banco fique com exclusividade em todos os benefícios de arrecadação do Estado.

Certamente que, se cumprisse o que foi proposto não haveria grandes prejuízos, mas o Banco Itaú-Banestado, acabou com o conglomerado Santa Cândida, está usando o nome de “Gralha Azul” em qualquer assunto ligado à Gralha Azul, que é um nome genuinamente paranaense. Há necessidade de sair de Curitiba, do Paraná, e ir bater nas portas lá de São Paulo.

Por isso que nós deveríamos tomar uma posição de impedir o uso de “Gralha Azul” e impedir o uso de “Banestado”, porque eles não estão acompanhando as tradições do nosso Estado, vergonhosamente.

Por isso que esse projeto, senhor presidente, é necessária, imediatamente, a sua revogação, para que os bancos que aqui mantêm a matriz, no caso o HSBC, sejam contemplados com esse recursos, ou então seja aberta a todos os bancos do Brasil, principalmente os bancos oficiais, mas não o Banco Itaú-Banestado, porque não está cumprindo com nada que foi prometido, quando foi privatizado o Banestado.

Com aparte o Deputado Moysés Leônidas.

Deputado Geraldo Cartário, eu gostaria até de cumprimentá-lo pelo desprendimento e dizer que quando este projeto passou pela Comissão de Justiça, imposta até pelo próprio interesse do governo, de que quando o Banestado fosse vendido e quem comprasse o Banestado deveria ter o direito de permanecer com as contas do Estado, do funcionalismo, tudo recebendo através daquele que sucedesse o Banestado, num primeiro momento na Comissão de Justiça me lembro até que achei e fiquei favorável à idéia porque quem quer comprar, quer comprar o pacote inteiro por um tempo, já que na verdade as contas, até por questão constitucional, cada cidadão pode ter no estabelecimento que quiser.

E hoje vejo, por exemplo, que não só nesta questão que Vossa Excelência está levantando, mas também para aquele pequeno que tem a sua conta, não tem um tratamento digno dentro do próprio banco e falo aqui e já disse aí da tribuna de onde Vossa Excelência está falando que o descontentamento, por exemplo, do correntista do Banestado hoje, principalmente em Londrina, e, quem sabe, um dos maiores do Brasil.

O Procon de Londrina fez um levantamento que as reclamações aumentaram durante esses últimos 90 dias e 90% das reclamações são contra o atendimento dado pelo Banestado.

Aí, pessoalmente, até também porque sou cliente do Banco, estive lá para verificar o que estava acontecendo e ouvi de uma alta pessoa lá de dentro, a política do Itaú é esta mesmo - nós não temos interesses em con-

tas pequenas e aqueles que quiserem sair vão sair; não há problema nenhum.

Então, imagine, se o correntista pequeno que de um número grande e pequeno torna-se um bolo grande, eles não tem interesse, imagine se vão ter interesses de manter aqui no Paraná o conglomerado maior deles e é isto que estão fazendo, levando tudo aquilo que nós tínhamos que era o caso do nosso banco, o Banco do Estado do Paraná.

Então, quero cumprimentá-lo e dizer que tem o meu apoio até por uma questão de justiça, com relação àqueles que acreditaram no banco.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto para concluir o pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, gostaria da sua compreensão, visto que eu tenho mais um outro pedido de regime de urgência, que Vossa Excelência cedesse um pouco mais de horário.

Senhor presidente, o Prefeito de Curitiba, Cassio Taniguchi, se aproveitou de um decreto assinado pelo ex-prefeito e hoje senador, Roberto Requião, e através dessa mudança de decreto, no caso do Instituto Médico Legal, as funerárias que antes era cartel, agora elas passaram a ter um privilégio maior, ainda através dessa medida do prefeito de Curitiba.

Agora é por sorteio, senhor presidente. O sujeito morre e é submetido a um sorteio. Se a funerária contemplada pelo número tal, se for contemplada, muitas vezes se trata de uma funerária inimiga da família, mas o sorteio, até para morrer hoje, tem sorteio.

Então, para evitar isto, Senhor Presidente, e visto que o Instituto Médico Legal é do governo do Estado do Paraná, é da responsabilidade dos deputados e não dos vereadores de Curitiba e não do prefeito de Curitiba, é que tem um projeto nosso em tramitação que nós gostaríamos também de pedir o regime de urgência.

Vou aqui rapidamente citar a nossa justificativa.

(Lê):

“JUSTIFICATIVA:

Faz-se urgente a tramitação deste projeto de lei pelas Comissões e Plenário desta Casa, a Prefeitura Municipal de Curitiba, atendendo interesse obscuros (ou por falta de competência) editou um decreto que pretende regulamentar o funcionamento das funerárias em Curitiba e Região Metropolitana.

Uma iniciativa equivocada que tem como solução para a disputa de cadáveres pelas funerárias o recurso do sorteio. Como uma partida de baralho, de palitinho, de bolas pretas, de jogo de bicho, sabe-se lá como.

O que se pode tirar deste decreto é que houve irresponsabilidade, omissão ou covardia no momento de se enfrentar o problema pela frente, encarando a chamada “máfia das funerárias” com firmeza e determinação. Ora, promover sorteio de corpos de pessoas para serem encaminhadas ao serviço de funerárias está se ferindo o princípio democrático e constitucional da livre escolha e o código do consumidor, isto sem falar do constrangimento das famílias enlutadas que num momento de dor têm que assistir ao sorteio”.

Como aconteceu, num recente caso, em que a mesma funerária que prestou um péssimo serviço a uma família, ganhou o sorteio para prestar o serviço a este mesmo clã.

Se a Prefeitura de Curitiba quer administrar este setor, então que municipalize os serviços funerários, aí sim, mas querer gerenciar o fluxo de cadáveres, no Instituto Médico Legal, que é um órgão do Estado, isto é extrapolar a competência municipal, senhor presidente.

Cabe à prefeitura de Curitiba, parece que lá em Londrina, Deputado Moysés Leônidas, o serviço funerário é da prefeitura; aí sim, mas aqui não é da prefeitura e a Prefeitura de Curitiba está levando atribuições, nesse caso, que não são da sua competência.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, espero que os senhores aprovelem o Regime de Urgência nesses projetos, que tratam de interesse público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário do PDT, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Novamente o Governo coloca, nesta Casa, a nós deputados, uma matéria quase igual o esporte do Brasil nos coloca, os brasileiro, uma seleção medíocre que empata até com o Japão.

Sua Excelência o Governador, remete uma mensagem, parece-me que querendo empatar com a família do servidor público do Paraná, para que ela não cresça e não tenha, realmente, aquela condição pela qual tenha sua estabilidade e seu crescimento.

Volto, senhores deputados na Mensagem nº 411/2000, agora um pouco mais fortalecida, nossa base, o deputado Braz Palma, depois de ser maltratado e até expulso da Secretaria da Saúde, de acordo com o seu relato feito daquela tribuna, tenho certeza absoluta, fará com que nós possamos somar mais um deputado a favor da família do servidor público do Estado, votando contra o 411.

Mas o que nós queremos é que os demais deputados da base do Governo tenham a clarividência do voto, verificar que o Governo, infeliz, não por atos como esse mas também por entrevistas como esta, estampada através de camisa 10 de Leis, do Paraná, o Secretário Cid Campelo, homem que respeitamos, homem que real-

mente tem a condição maior, no manuseio das leis, mas teve a infelicidade, Deputado Nereu Moura, de dizer que o Governo pode processar quem impedir a privatização da Copel.

Isso é brincadeira. Eu não quero acreditar que este cidadão, Secretário de Estado, tenha dito o que está transcrito nesta entrevista. Mas também entendo que a Gazeta do Povo e a sua página política está transcrevendo o que o secretário falou, num momento de infelicidade.

O seu colega, mais precisamente o constitucionalista Clemenson Kleber, procurado pela reportagem da Gazeta do Povo, para comentar a tese defendida pelo secretário, disse o seguinte: se no último momento, antes da venda, sair uma decisão contra a privatização desta medida terá que ser acatada, e ainda defendeu, não há direito adquirido do Estado contra o Estado, esta é uma instituição que existe para proteger o cidadão, afirmou esse jurista. Como agora queremos, da Base Governista, com que os deputados defendam a família do servidor público do Estado. Queremos que não só os professores nem os servidores de um modo geral tenham a si a atenção daqueles que eles confiaram dando mandato como Deputado nesta Casa.

E falando em Deputado, queremos nos somar à Mesa Executiva na homenagem ao ex-Deputado Accioly Neto, que tivemos a honra de, com ele participar em uma das legislaturas passadas, conjuntamente com o Deputado Basílio Zanusso, que na época de 1974, aqui conosco, testemunhava a jurisprudência, a dignidade, a sabedoria do Accioly Neto, que emprestou à este Poder a sua colaboração no exercício do mandato de deputado estadual.

Quero também, com a Mesa Executiva, e mais precisamente com o Presidente Hermas Brandão, a homenagem prestada hoje ao Fernando Fontana, um homem que durante a sua passagem no BRDE, além de estimular a economia do Estado, ofereceu a nós, da região Sul, um projeto agora aprovado e transferido com a colaboração do Parlasul, da este Parlamento do Sul do ilustre Deputado que aqui está presente e que foi presidente desta Casa, e que foi presidente naquela ocasião, Orlando Pesutti, que brigamos por esses 450 milhões de dólares do Prodetur, que está vindo agora ao Mato Grosso do Sul, ao Paraná, à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul por interferência direta e precisa do BRDE, conjuntamente com o Parlasul e com o Codesul.

Queria ainda, senhor presidente, cumprimentar Vossa Excelência pelo discurso feito nessa oportunidade, aonde, além de elogiar o nosso homenageado, deu uma posição deste Poder Legislativo na somatória de esforços do enxugamento da máquina estadual e no oferecimento, na participação dos 54 senhores parlamentares desta Casa, para que possamos encontrar uma saída nesse apagação que se encontra o Governo Jaime Lerner.

Vossa Excelência no discurso proferido na sessão que antecedeu a essa sessão, deu uma amostra, mais uma

vez, de independência e principalmente de um rumo pelo qual nós queremos a este Paraná.

Quero encerrar faltando um minuto, pedindo que neste minuto, os senhores deputados da Base Governista e principalmente o nosso amigo Deputado Durval Amaral, que brilhantemente tem defendido o Governo, fazendo com que algumas das suas posições, realmente até difíceis de serem defendidas, tem procurado de todas as formas possíveis e ao seu alcance, fazer entender de que alguma coisa possa ser mudada.

Se nós não podemos, Deputado Durval Amaral, fazer com que este projeto seja aprovado como se encontra, porque somos contra, queríamos de Vossa Excelência o entendimento através da sua bancada, que alguns ajustes, algumas emendas que poderão ser apresentadas na 2ª discussão desse projeto, fosse pela sua pessoa, pela sua bancada aceita, porque as emendas que serão apresentadas são de interesse da família do servidor público e nunca contra o Governo do Estado do Paraná. Os servidores querem que o Governo vá bem, para eles também e à população em geral, ir melhor ainda.

Quero de Vossa Excelência, Deputado Durval Amaral, no dia de amanhã, ou no dia subsequente a amanhã, quando entrar em 2ª Discussão, que Vossa Excelência peça realmente uma atenção, como sempre tem dado, e uma aprovação à família do servidor público do Estado do Paraná. Seja da educação ou seja de qualquer setor.

Encerro, senhor presidente Augustinho Zucchi, pedindo uma vez mais nesse minuto que me sobra, a consciência, a tranquilidade de espírito e, principalmente, o discernimento do voto, votando pela família do servidor público do Estado, rejeitando o nº 411, que é o primeiro item da pauta da sessão da tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no horário das Lideranças, PT.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados.

O que me traz à tribuna hoje, é um fato que surpreendeu a todos nós.

Na última quarta-feira, um caminhão vindo de São Paulo, um pequeno furgão entrou em Curitiba, percorreu as vias rápidas e entrou no cento da nossa cidade.

Quando era pelas 4h00 da tarde numa coincidência muito grande, tinha uma pequena viatura da Polícia Militar bem no centro da nossa cidade e um veículo da Receita Estadual.

Esse caminhão estava descarregando numa Central Sindical. Central essa reconhecida pela legislação, pela Constituição do nosso Estado, com transparência no Regime Democrático, que a gente vive.

Coincidentemente estavam passando esses carros da Receita Estadual e da Polícia, que juntamente pararam o furgão e a carga que estava dentro desse caminhão foi

aprendida, num primeiro momento, pela Receita Estadual.

Segundo a argumentação do técnico da Receita Estadual, é que havia os tributos, isto é, o ICMS da carga não tinha sido pago.

Talvez as pessoas que não entenderam muito da legislação vigente e nem a do ICMS, ficaram surpresos em determinado momento. Como havia uma viatura da Polícia Militar foi designado que este caminhão fosse locomovido e retida a sua carga. Esse caminhão foi enviado para a Delegacia de Estelionato, Roubos e Cargas da cidade de Curitiba.

Isso, na quarta-feira, no final da tarde. Na quinta-feira, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito estava reunida e não tinha mais o plenário, na parte da manhã, a jornalista responsável pelo material apreendido esteve aqui presente, e no mesmo ato foi comunicado que tinha que depor num inquérito na Delegacia.

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Tony Garcia, requisitou que os deputados acompanhassem a jornalista, na Delegacia. Tanto eu, como o Deputado Algaci Tulio e mais o Presidente da Comissão, na sexta-feira, no período da tarde estivemos na Delegacia.

Na Delegacia estava a jornalista depondo para o Delegado, sobre a apreensão de um material, mas nesse período, entre a apreensão e a ida da jornalista até a Delegacia, é claro que os proprietários do material apreendido foram consultar um advogado, porque sindicato só faz legislação trabalhista e conhecem pouco as leis. Eu também não conheço, porque não sou advogado. Receberam as seguintes informações: o material não poderia ter sido apreendido, porque do ponto de vista fiscal, a imprensa é imune ao fisco. Não havia nenhuma decisão judicial para qualquer autoridade reter, apreender o material. Então, não tinha problema de fisco.

A outra possibilidade de apreensão do material era calúnia e difamação.

Quando chegamos, na sexta-feira, e lá estavam, presentes os Deputado Algaci Tulio, Tony Garcia, o Deputado Federal Florisvaldo Fier, o ex-Deputado Federal, Edésio Passos, advogado e ex-Secretário de Segurança, advogado criminalista, Doutor Holff e mais quatro vereadores da capital do Estado, o Vereador Samek, o Vereador Stica, o Paulo Salamuni e o Adenival.

Na argumentação com o delegado, o advogado perguntou se ele poderia dizer, com que base legal ele estaria fazendo a apreensão e se tinha decisão judicial para fazer a apreensão? O Delegado disse: “Não, não tenho. O que eu tenho é um requerimento, pedido por parte do Cid Campelo, advogado do Governador Jaime Lerner, para instaurar o procedimento, porque o material é apócrifo, que não contribui para o fisco”. O advogado explicou: “Mas, doutor, o senhor pode ler o material. O material não é apócrifo. O material tem um jornalista responsável e tem uma forma reconhecida que imprimiu o jornal, com CGC e tudo”. “É, de fato, isso é verdade”.

“E, do ponto de vista de calúnia, o senhor tem uma decisão do juiz de que isso é calúnia e difamação, uma decisão, mesmo que seja uma decisão liminar?” “Não, não tenho”.

Então, na conversa vai, conversa vem com o delegado e junto com as outras autoridades policiais, o advogado solicitou, porque não havia amparo legal e era um arbítrio que tinha sido cometido contra a sociedade e a liberação da carga apreendida, porque não tinha nenhum aspecto legal para aquela carga estar presa na Delegacia.

O delegado, diante da realidade, diante de que não tinha argumentos, que não tinha documento, não coube outro procedimento, a não ser liberar a carga. A carga foi liberada e são os jornais que pedem o “impeachment” do Governador Jaime Lerner e na capa do jornal, aparece o Governador Jaime Lerner e membros do governo aparecem comendo o mapa do Estado do Paraná e dentro do jornal, existem vários fatos: a questão do Banco do Estado, a questão da Sanepar, da Copel, dos Jogos da Natureza, o problema do Pedágio. Vários problemas que não foram até hoje analisados e fiscalizados pela sociedade, mas que foram noticiados pela imprensa do Estado do Paraná. Nenhuma das notícias eram notícias que foram formatadas pela jornalista. Ela apenas reproduziu parte da notícias já veiculadas na Gazeta do Povo, no Estado do Paraná, no Jornal do Estado e em vários jornais do Estado do Paraná com livre circulação e reproduziu. A única possibilidade de que o jornal pudesse ser apreendido era de que o governador se sentisse ofendido pela “charge”, o Rafael Greca ou qualquer membro daqueles citados na “charge”, porque havia uma caricatura de um animalzinho que estaria comendo o mapa do Paraná. Como não havia decisão legal, o delegado liberou a carga.

Nós sabemos que na sexta-feira, o delegado foi pressionado pelo Chefe da Polícia Civil, Doutor Leonil e pelo Secretário de Segurança, o ex-Deputado José Tavares.

Ainda hoje há toda uma pressão por parte do governo do Estado, para que o delegado, que não tem absolutamente nada a ver com os problemas do Governo, seja eles de corrupção ou não, e muito menos com a CUT, com o PT, com a Oposição, com quem quer se seja que tenha alguma visão crítica ao Governo do Estado do Paraná. O delegado não tem nada a ver com isso; estava cumprindo as suas funções. No primeiro momento, cumpriu a função de um superior seu que pediu que a carga fosse lá retirada. E num segundo momento, cumpriu aquilo que a lei manda, isto é liberou a carga, e o Governador do Estado agora quer punir o Delegado Armando, da Delegacia de Estelionatos, ameaça retirá-lo das funções, afastá-lo da Delegacia e assim por diante.

Como se não bastasse isso, eu tomo conhecimento de um documento em nome do Governador Jaime Lerner, que diz o seguinte:

(Lê):

“Jaime Lerner, por seu advogado, no final assinado, nos autos do Inquérito Policial instaurado perante essa Delegacia em razão da *notitia criminis* levada ao conhecimento da autoridade policial, face os panfleto impressos de responsabilidade da CUT, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

1. O advogado do Supte., subscrito da presente, tomou conhecimento que no dia 1º de junho do corrente ano, no período da tarde, compareceram a essa Delegacia vários parlamentares estaduais e municipais de Curitiba, constringendo Vossa Excelência a liberar os panfletos que foram apreendidos neste Inquérito Policial, como prova da materialidade do crime praticado.

2. Tal foi o constrangimento sofrido por Vossa Excelência, que acabou liberando os panfletos frutos da anterior apreensão, conforme Termo de fls. 18.

3. Nas edições de jornais do dia seguinte - 2 de junho corrente - foi dada a notícia (v.g. recortes de jornais em anexo) que Vossa Excelência recebeu, realmente, a visita de parlamentares, acompanhados de inúmeros sindicalistas, para o *desideratum* que se tornou exitoso, embora indevida.

4. É evidente que o constrangimento constitui crime (CPR, art. 146), podendo ser causa, além de punição penal, a falta de decoro parlamentar.

5. Em consequência, requer a Supte., a Vossa Excelência, que se digne esclarecer:

a) se realmente Vossa Excelência sofreu constrangimento por parte dos parlamentares que estiveram na Delegacia de Polícia em data de 1º de junho corrente, pela parte da tarde, para a liberação dos panfletos apreendidos;

b) em que consistiu tal constrangimento; e,

c) quais os parlamentares que estiveram na Delegacia e constrangeram Vossa Excelência, para a liberação dos mencionados panfletos, os quais foram, posteriormente, novamente apreendidos por determinação do doutor juiz de Direito da 16ª Vara Cível desta Capital, nos autos da Ação Ordinária, nº 680/2001.

5. Se de posse de tais elementos o Supte. estudará o cabimento de cassação dos parlamentares envolvidos, por falta de decoro parlamentar.

Termos em que pede deferimento.

Curitiba, 04 de junho de 2001.

p.p. José Cid Campêlo
OAB/PR 1897”

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Está brincando, o governador. Ele que vá cuidar da casa dele!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Fico pensando e quero alertar as pessoas de bem, os homens bem intencionados, que ainda estão próximos do Governador Jaime Lerner, que procedam da seguinte

maneira: aconselhem-no um pouco. E, gostaria de fazer esse apelo ao Deputado Durval Amaral, que é Líder do Governo na Assembléia Legislativa, aconselhe o Governador.

Acho que o Palácio Iguaçu perdeu completamente o senso da realidade e está expondo o Governo, além dos problemas, ao ridículo. Em primeiro lugar, usa a política como um instrumento do Estado, não para garantir as liberdades e segurança dos cidadãos, mas como na antiga e velha República está utilizando o aparato policial como instrumento de coação da sociedade e da Oposição. Quer dizer: a polícia do Estado do Paraná não vai aceitar este tipo e procedimento, não será um requerimento, não será um expediente, ordenando um delegado ou um investidor, que fará com que a polícia tome partido em relação às questões que estão acontecendo no nosso Estado.

Então o governador, o Governo do Estado pode incorrer num crime mais grave ainda, que é desestruturar a já combalida Polícia Civil do Estado do Paraná, que nós sabemos que passa por uma grave crise do ponto de vista das condições de trabalho e seus integrantes, dos problemas que são devido a esta atividade. E o Governo ainda põe a Polícia do Estado do Paraná e um delegado de carreira, um homem sério, que é o Doutor Armando, num constrangimento dessa magnitude. Quem constrange a Polícia, não são os deputados que foram acompanhados de advogado argüir a inconstitucionalidade da medida que estava tomando a autoridade policial. Quem constrange a Polícia, quem constrange o delegado, é o Governador do Estado, num primeiro momento determinar, do ponto de vista administrativa, que a carga, fosse retida na delegacia, e num segundo momento, ameaçando o delegado para ele tomasse partido dos dores do Governo, dos problemas políticos que o Governo tem em relação à sociedade.

Então, é preciso corrigir o curso do Governo.

Eu não sei o que outros deputados e vereadores, os parlamentares podem pensar a esse respeito, mas eu gostaria de dizer o seguinte ao Governador Jaime Lerner: se ele acredita na procedência de tais atos que estão emanados nessa peça jurídica, subscrita pelo seu advogado, eu quero dizer-lhe e ao Líder, com a tranqüilidade da minha consciência, o Governador e a Assembléia Legislativa podem autorizar o processo de cassação do meu mandato, porque eu acredito que não transgredi nenhuma norma da Constituição e, muito menos, a falta do decoro.

Estive na delegacia para corrigir uma injustiça da qual uma jornalista, que a Lei da Imprensa e a Constituição do nosso Estado, do nosso País garantem que são os direitos de todos os cidadãos e, muito mais ainda, de uma entidade reconhecida como é a Central Única dos Trabalhadores.

Agora, se o governador se sente ofendido do ponto de vista de uma calúnia, de uma “charge”, tem todo o direito que a Justiça lhe dê a decisão de que há uma calúnia, há infâmia na matéria, que a matéria pode ser leviana. E aí, de acordo com a decisão da Justiça, a Jus-

tiça tomar os procedimentos cabíveis, nós não podemos inverter as coisas.

Então, acho que perde as estribeiras e perde o senso da realidade. Como se não bastasse, apareceu o Senhor Cid Campelo, no jornal A Gazeta do Povo, fazendo uma crítica aos deputados que quiserem votar contra a privatização da Copel, dizendo o seguinte: “Os deputados poderão responder criminalmente, poderão ser responsabilizados por isso”.

Ora, onde foi parar o senso comum que deve orientar, no mínimo, os governantes? No mínimo, porque os nossos governantes não devem ser orientados pelo senso comum, os nossos governantes devem ser orientados pelo mais profundo senso de justiça, pelo pensamento estratégico de defender os direitos do conjunto dos cidadãos. E nem o senso comum está orientando pessoas como o Senhor Cid Campelo - Chefe da Casa Civil, advogado.

Bem falou o Deputado Zuk, lendo aqui os ensinamentos do jurista, do constitucionalista, Doutor Clemerston, que não há direito adquirido nesta matéria, a questão da Copel foi votada na legislatura passada. Se nesta legislatura nós decidirmos, se tomarmos uma decisão, qualquer que seja, do ponto de vista de obstar o processo de privatização, ela é plena de vaidade do ponto de vista do direito, do ponto de vista da Constituição.

Então, o que está acontecendo no Governo do nosso Estado não é apenas um descaminho do ponto de vista de ações programáticas, críticas da Oposição, desvios de intenções, de verbas públicas, etc..., o governo está perdendo a capacidade mínima no interior do 3º andar do Palácio Iguaçu de ter o bom-senso de se relacionar com o conjunto da sociedade, preservando o mínimo de valores que a nossa sociedade já construiu, já garantiu. Será que daqui a pouco as liberdades democráticas serão açodadas, serão assaltadas pela ação da preservação dos interesses do Governo, apenas? Não podemos permitir esse tipo de coisa!

Então, eu peço ao Deputado Durval Amaral, peço ao presidente da Assembléia, peço aos deputados que dão sustentação ao Governo e até a nós, da Oposição, que nós percebamos o grave momento crítico que passa o Governo do Estado do Paraná.

Solicito ao Líder do Governo que chame o Governador Jaime Lerner para ter uma reunião secreta com os 54 deputados, para que possamos orientá-lo um pouco e dar um pouquinho de tranqüilidade. Porque senão o que pode acontecer com o Governo do Estado com esse tipo de orientação que está acontecendo na Casa Civil, que está acontecendo no 3º andar do Palácio Iguaçu? Pode criar um clima de instabilidade, de falta de segurança na sociedade paranaense, que ninguém deseja; nós não desejamos isso.

Concedo um aparte ao Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, Deputado Ângelo Vanhoni, e me surpreendo em ver este tipo de atitude sendo tomada

pelo Palácio. E digo que me surpreendo, porque conheço o Jaime Lerner de longa data e por ele tive sempre um grande apreço enquanto pessoa. Hoje, desconheço seu governo, parece-me um governo orientado por alguém que gosta muito mais de guerra do que de paz. Parece-me que a vinda deste novo Chefe da Casa Civil desnorteia todo o Governo Jaime Lerner e passa a ser uma mau conselheiro, inclusive de juristas condenados, como Cid Campelo, que declaram arbitrariedades, e declaram principalmente fatos sem nenhum fundamento a um jornal como a Gazeta do Povo, de ampla circulação, demonstrando claramente que há mau entendimento por parte do Governo.

Só tenho a lamentar, lamentar profundamente, a forma como este Governo está se acabando.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço o aparte, Deputado Marcos Isfer, mas, mais do que denúncia, mais do rebater alguma ação do Governo de que estou envolvido, porque estive presente lá e chegam a falar até em falta de decoro e cassação de mandato, mais do que defesa da minha postura, da minha presença na delegacia, do meu ato, estou aqui para chamar a atenção pela gravidade das coisas que estamos presenciando. Muitas vezes não percebemos os desatinos que, às vezes, as pessoas começam a cometer. E acho que o Governo está entrando por um caminho que pode ser prejudicial, não apenas para os detentores do poder, mas para o conjunto do povo do Paraná.

Com a palavra, o Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Vanhoni, quero dizer-lhe que acho que o Deputado, independente da posição, se está dando apoio ou se está na posição de antagonista, acho que a própria Constituição lhe dá o direito, lhe garante o direito de poder se manifestar dessa forma, inclusive, de acompanhar. O dia que nós, deputados, não pudermos acompanhar qualquer tipo de situação, não só em uma Delegacia de Polícia, mas em qualquer movimentação, então temos que rasgar a Constituição.

E quero dizer que fico extremamente preocupado, quando vi na Gazeta do Povo o depoimento do Secretário de Governo, Cid Campelo, eu, vinte e cinco anos advogando, fiquei extremamente preocupado, porque, se se tenta punir deputado pela sua atuação legal, de votar e de não votar, de concordar e de não concordar, é o fim do estado de direito. Se parte de um ignorante, juridicamente, aí então até aceitamos, mas quando parte de um jurista, que é o caso dele, ou de advogado militante, com vasta militância, acho que é desnorteamento, e aí concordo com Vossa Excelência, passível de um aconselhamento.

Então, quero concordar com Vossa Excelência e dizer que o mínimo que temos que ter aqui ou exigir, é o respeito constitucional. E a legislação é feita exatamente para ser alterada dentro da necessidade do momento.

Então, quero concordar com Vossa Excelência nos dois casos. Acho que o Governo comete uma heresia nesse sentido, e aqui não estou falando em tom de crítica, estou falando exatamente no mesmo modo que Vossa Excelência está colocando. Acho que o Governo está precisando de aconselhamento.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto para Vossa Excelência cumprir o seu pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, agradeço a benevolência da Mesa; sei que já expirei o meu prazo. Só gostaria, senhor presidente, que Vossa Excelência e a Bancada da Situação - que entende os problemas do Governo do Estado, olhando a partir daqui, para lá, acho que no mínimo a solidariedade é não permitir que esse delegado, que agiu corretamente e de acordo com a lei, que sofra qualquer constrangimento por parte da Secretaria da Segurança Pública, do Senhor José Tavares. Gostaria de solicitar que os deputados que dão base, que dão sustentação ao Governo, que empenhassem apoio ao Delegado Armando, da Delegacia de Estelionato e Roubo de Cargas, porque ele não foi contra a lei; pelo contrário, ele cumpriu com sua obrigação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicitamos aos nossos visitantes - que são bem-vindos em nossa Casa, gostaríamos de recebê-los todos os dias -, que as manifestações devam ser ordeiras.

Horário do PPB, Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente e senhores deputados.

Nos últimos meses, praticamente no último ano, temos vivido momentos diferentes na política brasileira, a nível estadual e principalmente a nível nacional. Todos lembram da grande discussão que ocorreu durante o processo de cassação do Senador de Brasília, Luís Estevão e do comprovado envolvimento dele com o Juiz Lalau e que juntos, numa artimanha, conseguiram lesar os cofres públicos em mais de cento e sessenta milhões de reais. O Juiz Lalau, continua guardado em confortáveis cubículos da Polícia Federal, em São Paulo, enquanto o Senador Luís Estevão, que esteve preso mas conseguiu ser libertado, hoje transita tranqüilamente pelas avenidas e pelas ruas de Brasília em seus confortáveis carros importados.

E tudo isso levou a mais um ato que vem denegrir a classe política brasileira, que foi a violação do painel do Senado, e como ficou conhecido o tocador de trambone, num afã, num rompante de poder e de "mandonismo", falou demais e como se diz na gíria popular, meus irmãos, "quem fala demais, dá bom-dia para o cavalo".

Falou demais, abriu o bico. E o que aconteceu? Descobriram após a perícia, que o painel foi violado. Neste período nós ouvimos cobras e lagartos, as maiores discussões, lá no Senado, o Senador Antônio Carlos Magalhães, brigando com o Senador Jäder Barbalho, um acusando o outro dos maiores impropérios. Um chamando o outro de ladrão, o outro tachando o adversário de “velha prostituta”, coisas que a política brasileira e o povo brasileiro ainda não tinham visto, e olha o que aconteceu também no Paraná, lembro aos senhores, quando por ocasião, da CPI da Corrupção, que o Senador Requião havia assinado, e os dois outros Senadores Osmar Dias e Álvaro Dias, não haviam assinado. O Senador Requião veio ao Paraná, se não me falha a memória, lá na cidade de Maringá, e numa entrevista diz: “Olha, o Álvaro e o Osmar são os tigrões do PSDB, no Paraná, mas são as “tchutchucas” do FHC, lá em Brasília. Vejam só o nível que está a discussão política em nosso País, mas o que aconteceu lá em Brasília, o famoso político baiano, o rei da Bahia, o senhor dos senhores, o senhor feudal, o grande coronel, o dono da Capitania Hereditária da Bahia, teve que renunciar ao seu mandato.

Se nós formos avaliar, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, pelo que me contaram a respeito do “Toninho Malvadeza”, como ele é tratado pelos seus desafetos, ou pelo “Toninho Tortura”, como ele é tratado pelos seus correligionários, quando estive em Brasília, como Deputado Federal, ele fez e faz coisas do arco-da-velha, lá, e foi perder o seu mandato, exatamente por mexer no painel. Ele e o José Roberto Arruda.

E isto me faz lembrar algo que aconteceu há muito tempo, a história se repetindo, história do Al Capone...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo-lhe dois minutos para que Vossa Excelência conclua seu pronunciamento.

O SR. FENANDO RIBAS CARLI

Veja só, senhor presidente, o Al Capone também praticou os maiores crimes lá nos Estados Unidos, desde o contrabando de bebidas, cobrança de proteção, assassinatos. Naquela época ainda estava iniciando o tráfico de drogas. E olha o que aconteceu com ele: foi pego por sonegação de imposto de renda. E teve que voltar para a velha Itália, para reconquistar, para reconstituir sua força. Como disse Antônio Carlos Magalhães: “Volto para minha Bahia, para recuperar as forças”. Vejam os senhores!

Mas, o que eu queria dizer aos senhores foi o que aconteceu aqui no Paraná. No casamento da sua filha, senhor presidente, aquela festa boa, pela qual já lhe parabeneizei, estava eu em minha mesa quando chegou até ela o Senador Requião. Contumaz crítico, ácido, sabem os senhores o que o Senador Requião não perdoa nem os seus amigos, muito menos os seus adversários políticos, tendo em vista que não sou inimigo do Senador Roberto Requião. E ao iniciar a conversa, eu disse a ele: “Mas,

Senador Requião, nós vamos ter que ver a cassação destes dois senadores lá em Brasília, afinal de contas isto é uma fraude! Eles violaram o painel!” Respostas do Senador Requião: “Carli” - e me bateu no ombro - “fique tranquilo. Já fizeram um grande acordo, o ACM já acertou e isto não vai dar em nada!”

Eu fiquei, lá com meus botões, Deputado Moysés Leônidas, pensando: o que será que aconteceu com o Senador Roberto Requião, um homem contundente, homem pertinaz nas suas denúncias, o que é que está acontecendo com ele? Fiquei com a “pulga atrás da orelha”.

Pois bem, qual foi a minha surpresa, agora, com a divulgação do Jornal do Brasil, da lista de votação. E é claro que esta lista foi vazada, se não pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, na tentativa de vingar daqueles que o fizeram renunciar a seu mandato ou pelo Senador José Roberto Arruda, um dos dois vazou a lista para a imprensa e o Jornal do Brasil estampou, na quinta-feira, primeira página. E nós devemos lembrar que o Jornal do Brasil é um jornal centenário! É um jornal de credibilidade! É um jornal que não escreve qualquer coisa para no dia seguinte desmentir. Ele recebeu esta lista. E muitos dos senadores que constam, ali, confirmaram seu voto, que realmente votaram daquela maneira.

Pois bem. O que conta lá, senhoras deputadas, senhores deputados e senhor presidente, o nosso Senador Requião, o paladino da moralidade, aquele que se considera acima do bem e do mal, aquele que considera-se, só ele, verdadeiro, só a sua palavra vale, só ele tem a razão, sempre está do lado certo: se absteve de votar na cassação do Senador de Brasília, Luís Estevão. E fiquei mais surpreso ainda, Deputado Vanhoni, de ver o Senador Requião se abster de votar! Ele, que nós conhecemos sua maneira de atuar. E fiquei me questionando: O que terá acontecido como Senador Requião, para ele ter votado desta maneira?

Coincidência, senhor presidente, senhoras e senhores deputados; na quinta-feira mesmo eu estava em um restaurante com a minha família, quando chega o Senador Requião. E de pronto perguntei-lhe: Senador Requião, o senhor me decepcionou. O senhor votou abstenção? Não, Carli, aquilo lá está errado. E o Antonio Carlos Magalhães, já limpou a minha barra. E eu falei para ele: “Não, Requião, você vai me desculpar, o Antonio Carlos Magalhães não tem moral para limpar a barra de ninguém. Não é o Antonio Carlos Magalhães que vai limpar a barra de quem votou abstenção em um processo como de cassação do Luís Estevão, um processo de roubo, que houve roubo consumado, desviaram dinheiro público”.

Por que não a esta cassação? Fica o meu questionamento aqui, senhor presidente, senhora e senhores deputados. Até o momento, não pude avaliar o que levou o Senador Requião a ter essa atitude de se abster, de votar em uma matéria da mais alta relevância e importância, onde todo o Brasil estava com os televisores ligados, por-

que foi o primeiro senador cassado na história do Senado Brasileiro. E o Senador Requião se absteve...

Estou me questionando, até fiz uma série de perguntas a mim mesmo: será que o Senador Requião se absteve em função de o Senador Luís Estevão, ser do seu partido, do PMDB?

Só que, senador que faz isso não é do velho MDB de guerra, como costuma dizer o Senador Requião. Ou pergunto: O Senador Requião foi um advogado militante, não tenho certeza se ele militou na área trabalhista. E daí pudera ter algum contato, algum conhecimento com o Juiz Lalau, que era um juiz do Tribunal Regional do Trabalho?

Ainda não pude entender esse processo que fez o Senador Requião se abster de votar, e com isso, favorecendo o Senador Luís Estevão.

Agora digo aos senhores, corre por todos os cantos de Brasília, por todas as ruas, esquinas e locais, que o Senador Luís Estevão é um grande galanteador, senhor presidente.

Dizem que é um homem fino, educado, galanteador, um grande conquistador. Baseado naquilo que o Senador Requião falou a respeito do Senador Osmar e Álvaro, quando diz que aqui, os dois eram os tigrões do PSDB e lá em Brasília eles eram as tchutchucas do FHC, só posso acreditar, senhor presidente, que o Requião é o machão do PMDB do Paraná, mas deve ser a boneca do Luís Estevão, lá em Brasília.

Por isso, meus irmãos, fica aqui configurado que o Senador Requião, na matéria mais importante da história do Senado, digo mais importante, sim porque foi o primeiro senador da história do Senado a ser cassado por corrupção, Senador Luís Estevão.

E nesse momento o Senador Requião, que é asco, crítico, pertinaz nas suas colocações, que sempre cobra dos outros a lisura, um homem que diz ser honesto, acredito que honestidade, os outros é que devem reconhecer, e não nós afirmarmos sermos honestos, ele não poderia se abster, teria que votar até em aberto, dizendo que votava pela cassação, mesmo sendo do seu partido, honrando os votos que recebeu aqui do Paraná e de todos os paranaenses.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo ao Deputado Fernando Ribas Carli, que também usou o horário da Liderança do Governo.

Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

Com a palavra o senhor Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, queria comunicar-lhe que o Deputado Ribas Carli, além do Horário da Liderança, usou mais nove minutos e trinta segundos, que gostaria que Vossa Excelência também usasse da mesma condescendência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência vai abrir uma exceção, concedendo-lhe nove minutos e dez segundos.

para entrar na área da documentação que foi colocada pela secretária. Foi ela que deu ensejo a esta CPI de ir atrás da documentação e é por isso que precisamos dela.

Lamentamos que o trabalho da CPI da Telefonia, que já enfrenta um outro adversário poderoso, que é a própria Telepar, que tenta de todas as maneiras descaracterizar o trabalho da CPI, que tenta desmoralizar a atuação desta CPI e enfrentamos agora outro adversário, não menos perigoso, com todas as cartas do baralho na mão e que tenta nos impedir de fazer um trabalho correto, de fiscalização e que possa expor a atual situação da telefonia no Estado do Paraná.

Tínhamos que fazer este registro aqui.

Também registro que o governo está contrariando uma cidade toda, com mais de setenta mil habitantes, que é a cidade de Rio Branco do Sul que deseja a permanência do Delegado Mário Sérgio, o popular "Bradock". Desde sexta-feira são feitos manifestos, passeatas, pedindo a sua permanência, e por uma questão que me parece muito mais política do que funcional, tira-se o Delegado Bradock, contrariando, nada mais, nada menos do que quase quatro mil assinaturas que estão aqui e que estou dando entrada à Mesa, para que seja encaminhado ao Secretário da Segurança Pública. Um delegado que trabalha, que cumpre com as suas obrigações e que não se preocupa apenas em prender e investigar, mas se preocupa com a ressocialização do preso, fazendo um belíssimo trabalho em Rio Branco do Sul. Não fosse assim, a população daquela cidade, de Itaperuçu, parte da população de Almirante Tamandaré, não estaria se manifestando através deste abaixo-assinado com mais de quatro mil assinaturas.

Peço ao Secretário da Segurança Pública que, se não pode ajudar a polícia, não atrapalhe. Se não pode ajudar a quem está trabalhando, não atrapalhe quem está, Secretário, porque já há muito que se fala mal da polícia, mas quando se pode falar bem e quando toda uma cidade se levanta em defesa do policial, o que é coisa muito rara hoje em dia, aí o secretário atende a uma determinação política e provoca o afastamento do delegado.

Não é desta forma que se faz uma boa política e uma boa polícia neste Paraná.

Só posso constatar que este governo, que nega o direito de uma população de manter lá o seu delegado, é um governo que está atacado pelo "vírus da negação". Nega até esse direito à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando espaço para uso da tribuna deste Plenário, no Grande Expediente na sessão da próxima segunda-feira, dia 11 de junho. **Defiro.** À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de lei de autoria da senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Moisés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Waldir Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor Deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Ademir Traiano, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2000, que dispõe que o pessoal admitido para emprego público na

administração direta e autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho- CLT. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. E CF. EM EMENDAS DA CCJ. E CF. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CTIC. EM VOTAÇÃO.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, mais uma vez, em nome da Oposição, em nome dos deputados que estão do lado do magistério, que estão do lado do funcionalismo público do Paraná, venho aqui encaminhar contra este projeto, que ele atenta contra os interesses do funcionalismo público do Estado do Paraná, elimina conquistas que foram tidas ao longo dos anos, e por isso nós, da Oposição, somos contrários.

Inclusive, senhor presidente, estamos esvaziando o plenário porque não temos a quantia de votos para rejeitar e por isso a Oposição usando da estratégia regimental, esvazia o plenário para derrubar a Sessão, porque neste momento somos minoritários, aqui. E com esta estratégia esperamos que o governo chame os funcionários públicos para negociar, retire essa Mensagem da Casa, porque ela fere de morte os interesses dos nossos trabalhadores.

A oposição usa desta estratégia para tentar esvaziar o plenário e derrubar a Sessão.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados.

Claro que respeito a decisão da bancada da Oposição de usar de uma manobra regimental para esvaziar o plenário, numa manifestação inequívoca de barrar a votação, de bloquear a Ordem do Dia. Isso faz parte da prática do Parlamento, não só no Estado do Paraná, mas do Parlamento brasileiro como um todo. É usado com competência, tanto pela Situação quanto pela Oposição, e isto nós temos que respeitar.

Entretanto, existe um grande equívoco com relação a este projeto de lei, o nº 411, porque nada mais faz do que regulamentar a Emenda Constitucional nº 19, aprovada em 1998.

Simplesmente regulamenta a nível do Estado do Paraná, o que já foi regulamentado com teores muito semelhantes através da Lei nº 9962, de 22 de fevereiro de 2000.

Veja só, está publicado no Diário Oficial do dia 23 de fevereiro de 2000, em uma quarta-feira. O que diz a lei federal, artigo 1º, ou melhor, a súmula? “Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal, direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”.

O que diz o artigo 1º?

(Lê artigo 1º)

“O pessoal admitido para emprego público na administração federal direta, autárquica e fundacional, terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata

naquilo que a lei não dispuser em contrário”. O equívoco, senhores deputados, Projeto de Lei nº 411, redação da mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa.

(Lê mensagem)

Veja só, a mesma regulamentação que fez o Governo Federal, regulamentando a Emenda Constitucional nº 19 e se transformou em lei, procura o Governo do Estado fazer nas mesmas condições, regulamentando a Emenda Constitucional. Onde é que está a inconstitucionalidade? Pergunto: se hoje nós estamos aqui votando em primeira discussão e em primeira votação a constitucionalidade do projeto, causa-me espanto equívoco de tamanha natureza! O Parlamento é a arte da negociação, da discussão, do debate, do entendimento, e nós estamos procurando fazer o entendimento com as Oposições, com a própria APP, enfim, com todas as classes e categorias para esclarecer o projeto e dizer que se trata exclusivamente da regulamentação, em nível do Estado do Paraná, daquilo que o Governo Federal já regulamentou. Mas, posso seguir na mesma seqüência. Veja só, senhor presidente, o Artigo 3º da Mensagem do Governo é muito claro e diz: “É vedado atribuir o regime de que trata essa lei aos servidores regidos pela Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, assim como os cargos de provimento em comissão”.

O que é a Lei nº 6174, Senhor Presidente? O que é isso, se não o estatuto dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Ora, se está se regulamentando a possibilidade da contratação do celetista, porque a Emenda Constitucional nº 19, para quem não tem conhecimento e quem não sabe, acabou com o Regime Jurídico Único, o que era uma imposição não termos mais celetistas no quadro do Estado, que terminou com a Constituinte, mudou o rumo. Agora, não temos mais a obrigatoriedade de ter somente estatutários no quadro geral. Mas aqueles professores, aqueles funcionários que estão regidos pela Lei nº 6174, estão expressamente excluídos, senhor presidente, dessa mensagem.

Por isso, não tenho mais o que alegar, a não ser pedir imediatamente o processo de votação.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o projeto.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário a contagem...

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Questão de Ordem)

Senhor presidente, o pedido feito de verificação de votação, o deputado que pediu não está...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será considerada a presença dele, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Vinte e nove deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, há ordem no Regimento Interno que o senhor pode computar o meu voto, se eu sair do plenário?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Se Vossa Excelência solicitou verificação de quórum, é porque Vossa Excelência estava em plenário. Isso aqui está...

O SR. NEREU MOURA

Mas eu me ausentei, senhor presidente, do plenário.

Mas tudo bem, eu quero só...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os deputados que votam contra a aprovação do projeto, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, não é possível, eles estavam ausentes até agora, ou são fantasmas?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quatorze (14) senhores deputados recusam o projeto. Está aprovado o projeto.

(Tumulto no Plenário)

O projeto está aprovado em 1ª discussão.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente! Pela ordem, senhor presidente. Quero apenas registrar o nome dos deputados que votaram contrários a este projeto.

O SR. DURVAL AMARAL

Não podiam ter votado, porque estavam ausentes, senhor presidente. Só o deputado Nereu Moura estava presente na sessão.

O SR. NEREU MOURA

Não, senhor. Não foi feita chamada nominal, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já está votado o projeto, já está aprovado em 1ª discussão. O senhor queira registrar os votos contrários.

O SR. NEREU MOURA

Quero registrar os deputados: Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Irineu Colombo, Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Caíto Quintana, Renato Gaúcho e Nereu Moura.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Como ficam as emendas, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto em 1ª Discussão, foi aprovado hoje. Amanhã será em 2ª discussão analisar as emendas.

O SR. DURVAL AMARAL

Mesmo as emendas da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mesmo.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Ângelo Vanhoni também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 02

Redação Final - do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que extingue e cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165/98, de 07.12.98).**

ITEM 03

Redação Final - do Projeto de Lei nº 019/2000, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no Município de Bituruna. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2000, de 17/02/2000).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 050/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Farol Pentecostal - Aercofap, com sede e

foro na cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2000, de 01.03.2000).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/2001, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Operária Beneficente Internacional São Braz. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2000, de 28.03.2000).**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

O item que Vossa Excelência está colocando em votação é o item 6?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item 5.

O SR. NEREU MOURA

Ah, perfeito! Então, desculpe, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 010/2001, de autoria da CPI da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/2001, de 18.04.2001)**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, registre a abstenção da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que determina que as Câmaras Municipais e a Assembléia Legislativa do Estado sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos estaduais para os municípios e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. Em votação.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o projeto do Deputado Caíto Quintana, Projeto de Lei nº 143/97, queiram levantar-se.

Dezoito (18) senhores deputados.

Os deputados que rejeitam o projeto do Deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se. Vinte e um senhores deputados.

Está **rejeitado** o projeto do Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, como justificativa de voto, só.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Declaração de voto do senhor Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, acho estranho que a Bancada Governista vote contra, porque é diminuirmos as Câmaras Municipais de Vereadores sem nenhuma justificativa plausível. Aliás, esse projeto é de suma importância, inclusive para o governo, porque muitas e muitas vezes o governo ou um secretário libera recurso para um município, não avisa o deputado, e no ato da inauguração nem sequer comunica que o recurso é do Governo do Estado.

Acontece frequentemente isso, inclusive, com verbas do Governo Federal, onde em muitos e muitos lugares o recurso é do Governo Federal e ninguém fica sabendo.

Agora, eu acho que, como as Câmaras Municipais de Vereadores são supra-partidárias, como a Assembléia também o é, nada melhor para a boa política, que a Câmara Municipal tenha conhecimento, porque as prefeituras municipais saberão que o vereador tem conhecimento. Se o recurso for do Governo do Estado, a Câmara saberá que o recurso é do Governo do Estado, e conseqüentemente a população também saberá disso. É uma forma de tornar transparente à opinião pública o trabalho das pessoas que fazem, que exercem atividades no município, o próprio deputado muitas e muitas vezes luta por uma verba aqui, perante a secretaria e, na hora que a verba é liberada, ele não é informado, ninguém sabe dessa luta, o dinheiro vai para a prefeitura, o prefeito executa e não comunica ninguém, ninguém fica sabendo.

Então, lamento profundamente que nós, no Legislativo, estejamos retaliando os próprios legislativos, quer dizer, não permitindo que tenha que se comunicar à Câmara Municipal de Vereadores, que é o Poder Legislativo do Município, dos recursos liberados para o município. Isso é um absurdo, porque a Câmara dá autorização para se pleitear o recurso, aprova o orçamento e nós estamos dizendo que eles não precisam ficar tomando conhecimento da verba quando for liberada, mas tudo bem.

Infelizmente é este o procedimento que estamos tendo na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná, à Irmã Firmiana Maria. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

Em discussão, ressalvada a emenda. Está em votação o projeto.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda: **aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece reserva de vagas nas instituições de ensino superior públicas do Estado do Paraná, para alunos egressos da rede pública de ensino. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CECE. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 652/99.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que assegura aos policiais civis e militares as regras constantes na Lei Federal nº 51/85. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. E CF. (**Publ. no DA. nº 022/99, de 07.04.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 156/99

P A R E C E R :

Autor: Deputado Hidekazu Takayama

1- Do Parecer

De autoria do eminente Deputado Hidekazu Takayama, o presente projeto de lei visa assegurar aos policiais civis e militares as regras constantes na Lei Federal nº 51/85.

Ora, a Lei Complementar nº 51 de 20 de dezembro de 1985, dispõe sobre aposentadoria do funcionário policial.

A Constituição do Estado do Paraná referindo-se aos servidores públicos militares diz que "A lei disporá sobre os direitos, os deveres, as garantias e as vantagens dos serviços militares, bem como...condições de transferência para a inatividade e outras situações peculiares".

De outro lado, a Emenda Constitucional nº 20 não se refere a tais servidores por sua especificidade, remetendo a matéria à legislação própria, no caso a Lei complementar nº 51/85.

Assim, e como critério de isonomia, no exercício da função policial, o presente projeto de lei adequa a situação dos funcionários policiais à atual legislação previdenciária do Estado do Paraná.

2 - Do voto

Da análise legal e constitucional somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.05.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 156/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo, assegurar aos policiais civis e militares as regras constantes na Lei Federal nº 51/85 (Cópia em anexo).

Após análise da matéria em epígrafe, esta comissão conclui que se trata de projeto de lei de elevada importância, uma vez que assegura ao policial paranaense o direito de uma aposentadoria digna, com o respectivo reconhecimento do Estado do Paraná, pelas suas ações quando ainda encontrava-se no quadro dos servidores da ativa.

Assim, não encontrando óbices à sua normal tramitação nesta Casa de Leis, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.06.1999.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para comunicar à Casa, que acaba de encerrar o 1º Seminário de Seqüestro de Carbono, organizado pela Assembléia Legislativa, aqui no plenarinho, onde tivemos as presenças do representante do Banco Mundial, do representante do Ministério da Agricultura, da Universidade Federal de São Paulo, a USP, e onde tivemos na platéia um nível muito elevado de participantes, não só em quantidade, mas sobretudo em qualidade. Esteve presente a Universidade Federal, a Universidade Católica, a sociedade organizada, mais uma vez o Paraná sai na frente, eu tenho certeza que essa questão do seqüestro de Carbono é um assunto mundial, começou na Rio 02, culminou agora com a questão do Tratado de Kioto, e é um assunto que teve palestrantes de mais alto nível nacional e que naturalmente, inclusive o

professor da USP, que é cientista, que participa entre as trezentas pessoas do mundo que controlam a questão ambiental, no mundo, foi um sucesso total e eu quero aproveitar essa questão de ordem, para agradecer ao presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, agradecer ao Deputado Valdir Rossoni, à Mesa Diretiva, por ter cedido o espaço e não só isso, prestigiar sobremaneira, a fim de que o Paraná saísse na frente em mais esse assunto, que é o assunto de seqüestro de carbono.

Então, muito obrigado, senhor presidente, todos os membros da Casa, a Comissão Diretiva, ao Cerimonial da Casa, que esteve muito competente na organização da recepção dos nossos convidados; enfim foi um seminário que marcou sobretudo pela competência dos palestrantes e também pela organização da nossa Assembléia Legislativa, que cada dia mais se mostra eficiente e mais contemporânea nos assuntos sobretudo na questão ambiental.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Só para comunicar à Mesa, que os projetos em 1ª discussão estão sem os pareceres e sem as súmulas na Ordem do Dia, o que contraria, evidentemente, o bom andamento, para que os Parlamentares possam tomar ciência e conhecimento, se os pareceres são favoráveis ou não são favoráveis, para que possamos acompanhar esta votação com muita tranqüilidade, senhor presidente.

Apenas este registro.

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Vossa Excelência tem toda razão. Foi uma falha da nossa assessoria e temos que assumir. Prometemos que isto não vai mais acontecer.

Em votação o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, vou me tornar chato, agora, pedindo novamente pela ordem, mas eu preciso comunicar aos Deputados da Comissão de Meio Ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Vossa Excelência não é chato. É um parlamentar atuante. Tanto mostra o Seminário que Vossa Excelência comandou hoje, sobre o meio ambiente.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Mas, estou ocupando outra vez pela ordem, é que eu queria lembrar os deputados membros da Comissão de Meio Ambiente, que solicitaram que se dê uma nova oportunidade para que a Fundação O Boticário e a SPVS venham amanhã à Comissão de Meio Ambiente. Então, esta comissão que presidido vai se reunir às 10h00, aonde vamos ouvir novamente, a pedido de alguns deputados, a SPVS e a Fundação O Boticário.

É fundamental a presença dos deputados, como também é fundamental a presença da imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do Deputado Takayama, adiando o Projeto de Lei nº 156/99. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 156/99.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que autoriza o Governo do Estado a isentar o pagamento das taxas de água e luz às Associações de Moradores de Bairros do Estado do Paraná e às creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, e adota outras providências. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CF. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CF. **Rejeitado. (Publ. no DA. nº 033/99, de 27.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/99

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do Deputado Péricles Holleben Mello, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento das taxas de água e luz às Associações de Moradores de Bairro do Estado do Paraná e as creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Fundamentação

Após a devida análise por esta comissão em relação aos aspectos constitucionais e legais da matéria, constatou-se como princípios tributários, além de infringir normas da legislação ordinária.

O princípio da Igualdade defendido expressamente nas Constituições Federal e Estadual não necessita de maiores esclarecimentos. Contudo, dentre os princípios tributários destacamos o do artigo 150, II (que veda tratamento desigual entre contribuintes). Outrossim, as entidades declaradas de Utilidade Pública já são isentas de impostos sobre o seu patrimônio, sua renda ou serviços. Normas de natureza federal, como o Código de Águas e o Decreto nº 41.019/57 contemplam este princípio em seus dispositivos (respectivamente artigos 180, IV e 3º). Outro princípio que pode ser olvidado é o da Hierarquia das Leis, ou seja, a superioridade de lei federal sobre a estadual.

Por outro lado, devemos ressaltar que a Copel, como concessionária, está ligada a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e os seus critérios de faturamento são estabelecidos por ela.

Conclusão

Isto posto, este relator é compelido a se manifestar contrariamente a aprovação do projeto em análise, já que é o mesmo inconstitucional e fere legislação federal.

Assim sendo, embora o projeto seja meritório, é o nosso parecer contrário a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 205/99

P A R E C E R :

Do Projeto

O projeto de autoria do eminente Deputado Péricles Holleben Mello vai isentar do pagamento de taxas de água e luz as associações de moradores do bairro e as creches que estejam funcionando e cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Infelizmente a junção “Associação de Moradores e Creches” torna o projeto, apesar da nobreza de intenções, com conteúdo de alta complexidade. Isto porque todas as Associações de Moradores ficariam enquadradas no dispositivo de isenção, sem qualquer diferença ou motivação mais adequada do que aquela de ser “associação de moradores”. Nesta perspectiva tanto seria beneficiada a associação de moradores de um bairro e com atividades de fomento para a população bem como as associações criadas apenas para ocupar espaço “político” e aquelas que situadas em bairros mais nobres não necessitariam do apoio e incentivo governamental.

No referente a creches, segue o mesmo raciocínio, já que o projeto de lei não diferencia as entidades cuja situação peculiar junto à sociedade seriam objeto do benefício. O ideal teria sido diferenciar e indicar os destinatários invocando o princípio de que não se pode tratar igualmente os desiguais. Isto é, em questões sociais, o atendimento deve privilegiar quem precisa e não todos, indistintamente. Aliás, é neste sentido que corre a moderna doutrina acerca do princípio constitucional da “igualdade”.

Do Voto

Por sua complexa apresentação e dificuldade de seleção das entidades beneficiadas, é necessário que se apresente uma Emenda Substitutiva ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 205/99 para dizer:

“Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná fica autorizado a isentar o pagamento das taxas de água e luz às Associações de Moradores do Bairro do Estado do Paraná e às creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família desde que desenvolvam atividades gratuitas e de interesse ao desenvolvimento socio-econômico e cultural da(s) comunidade(s) envolvida(s).”

Voto favorável.

Sala das Comissões, em 11.08.1999.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 205/99

P A R E C E R :

“Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná fica autorizado a isentar o pagamento das taxas de água e luz às Associações de Moradores de Bairro do Estado do Paraná e às creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, desde que desenvolveram atividades gratuitas e de interesse ao desenvolvimento socio-econômico e cultural da(s) comunidade(s) envolvida(s)”.

Sala das Comissões, em 11.08.1999.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

BETO RICHA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CDH. Aprovado. (Publ. no DA nº 064/99, de 09/06/99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 311/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência.

Fundamentação

A matéria está amparada no artigo 27, da Constituição Estadual; “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá critérios para a sua admissão.” A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso VIII, também assegura o mesmo dispositivo aos portadores de deficiência.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 24.08.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 311/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Belinati visa introduzir no âmbito dos concursos públicos reserva de percentual de

cargos e empregos para portadores de deficiência e dá outras providências.

Fundamentação

Dada a esta Comissão para análise de mérito, não poderia ser outro o entendimento senão pela acolhida do presente plano, tendo em vista que a matéria nele contida é de relevante alcance social, dando oportunidade de trabalho, pela própria condição de deficiente, via de regra são discriminadas ao procurarem uma colocação no mercado de trabalho.

Além do mais, o presente plano visa disciplinas de maneira detalhada as disposições constitucionais, contidas no Artigo 37, Inciso VIII, da Magna Carta Federal e 27, Inciso VIII, da Constituição Estadual.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.1999.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que fica o Governo do Estado autorizado, através da Secretaria da Segurança, a instalar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais. **COM PARECER DA CCJ. (Publ. no D.A. nº 105/99, de 24/08/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 457/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, a instalar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais.

Tratando-se de matéria autorizatória, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 457/99, por considerá-lo constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 05.10.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 457/99.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/99, de autoria do deputado Caíto Quintana, que isenta de pedágios os veículos transportadores de insumo agrícolas. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF e CAIC. (Publ. no DA nº 115/99, DE 15.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 471/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, tem por finalidade isentar de pedágio os veículos transportadores de insumos agrícolas.

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que constitucionalmente nada obsta a tramitação do referido projeto de lei, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 23.11.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 471/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, visa isentar de pedágios os veículos transportadores de insumos agrícolas. Da análise realizada observa-se que o pedágio incide em cerca de 17,2% do valor do frete, encarecendo da mesma forma os preços dos insumos agrícolas e no mesmo raciocínio o preço dos produtos agrícolas, atingindo diretamente o consumo de produtos alimentícios.

É tarefa do Poder Público exercer sua função em benefício da maioria, buscando a justiça social.

Tendo já recebido parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.
(aa) ADEMIR BIER - Presidente
BETO RICHIA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 471/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo isentar de pagamento de pedágio os veículos transportadores de insumos agrícolas.

Fundamentação

Cabe destacar que os insumos agrícolas, assim como as safras, são transportados por caminhões, os quais pagam pelo número de eixos vezes a tarifa cobrada pelo pedágio, ônus, que chega, na maioria das vezes, a um custo demasiado para o contribuinte.

É evidente que tais percentuais incidem diretamente no custo final do produto agrícola, elevando-o no mercado interno. Posto isto, diminui a competitivi-

dade no mercado externo, uma vez que as cotações desses produtos são reguladas pelo mercado internacional.

Os efeitos destas cobranças refletem, diretamente no empobrecimento da classe produtora, refletindo, desse modo, na economia paranaense.

Conclusão

Isto posto, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 471/98, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões: **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 471/99.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que proíbe a denominação de "Palácio" aos prédios públicos estaduais. COM PARECER DA CCJ. (Publ. no DA nº 119/99, de 20.09.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 484/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que proíbe a denominação de "palácio" aos prédios públicos estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Lei.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.10.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 484/99.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto nº 635/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CSP e CDH. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 186/99, de 06.12.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 635/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Serafina Carrilho, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Campo Mourão, conforme disposto no *caput* do artigo 1º.

Chamada esta comissão a manifestar-se com relação à legalidade e constitucionalidade da presente proposição, constatamos que não há nenhum óbice que impeça sua normal tramitação nesta Casa de Leis, por se tratar de lei de cunho autorizatório, ficando a cargo do Poder Executivo, sua viabilização.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da proposta em questão.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 635/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Campo Mourão.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública constatou que a presente proposição busca minimizar estes problemas sociais que vêm envolvendo mulheres no município de Campo Mourão.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 635/99

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Campo Mourão.

Fundamentação

Tal iniciativa já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança.

Esta Comissão de Direitos Humanos, chamada a opinar, concluiu que a proposição pretende atender antiga reivindicação da população do município de

Campo Mourão, cujo crescente número de ocorrências envolvendo violência contra a mulher, está a exigir a adoção de mecanismos para coibir estes abusos.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.03.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de água cobrada pela Sanepar às vilas rurais já existentes; autoriza a perfuração do poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos naturais quando da implantação de saneamento básico em vilas rurais novas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. (Publ. no DA. nº 163/2000, de 21.11.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 391/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, visa autorizar o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de água cobrada, pela Sanepar às Vilas Rurais já existentes, autoriza a perfuração de poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos naturais quando da implantação de saneamento básico em Vilas Rurais Novas.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 391/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de água cobrada pela Sanepar, as vilas rurais já existentes, autoriza a perfuração do poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos naturais quando da implantação de saneamento básico em Vilas Rurais novas.

Chamada esta Comissão, a se manifestar e considerando-se que os moradores de Vilas Rurais de nosso Estado constituem-se, em grande parte, de produtores de hortifrutigranjeiros, e, que muitas Vilas Rurais são dota-

das de recursos naturais próximos, o que facilita a instalação de sistema de captação para irrigação.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Retiro o requerimento, senhor presidente.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Para encaminhar**)

Senhor presidente, este projeto, conforme conversamos com o líder desta Casa, Deputado Durval Amaral, tem um impacto sócio-econômico de grande alcance, por se tratar de um projeto que vem viabilizar as Vilas Rurais do Estado do Paraná.

Um projeto de total sucesso do Governador Jaime Lerner. Mas para isto, é preciso que dê condições para que os vileiros possam cultivar os produtos hortifrutigranjeiros que necessitam muito de água.

E hoje, na realidade, do jeito que as vilas são abastecidas pela Sanepar, os vileiros são obrigados a pagar taxa de água para poder regar suas hortas, suas frutas o que inviabiliza totalmente cada projeto.

Por isto, conto com esta Mesa, com esta Casa, no sentido de aprovar este projeto de lei que dá condições para que os vileiros recebam água da Sanepar ou através de poços artesianos ou através de captação de recursos naturais, para que os vileiros possam regar suas hortas, suas frutas, sem ter que pagar fatura alguma e com isso viabilizar a atividade dentro de seu pedaço de terra de 5 mil m².

Era isso, senhor presidente, e quero contar com todos os companheiros desta Casa, para aprovação deste projeto de grande alcance social, como já disse.

Em especial, também, senhor presidente, para encerrar queria aqui dizer da importância, da satisfação que estamos tendo, em receber dois ilustres homens da imprensa maringense, Plauto Severino Barbosa, Diretor-Presidente do Jornal, grande articulista político da nossa região e de Fernando Beteti, Diretor-Presidente da TV Canal 12, Cidade de Maringá.

Muito obrigado pelas suas presenças, que nos honram nesta tarde.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Boas-vindas visitantes. Que tenham boa estada nesta Casa de Leis.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, quero aproveitar que no item 11, que é um assunto bastante semelhante, não fiz uma homenagem ao grande Prefeito Péricles; vou fazê-lo agora.

A Bancada do Governo encaminha um projeto semelhante, agora em votação favorável. O projeto do Deputado Péricles, isentava a Associação de Moradores de Creches. Não quero desmerecer a autoria e a iniciativa do Deputado Divanir Braz Palma, ao qual tenho profundo apreço pela iniciativa, mas quero mostrar aqui, deputado, não contra você, mas sobretudo a Bancada do Governo, a contradição da votação: por quê as creches não podem ter isenção de taxa? Agora a vila rural, que é um projeto do Governo, aí pode ter isenção?

Então, está incoerente esta votação, completamente incoerente. Se não é permitido para o Péricles, não vamos permitir para ninguém. Se não é permitido para as crianças das creches, não vamos permitir para ninguém. E vamos ser coerentes. Portanto, agora vou votar contra esse projeto. Quero dizer, que não vou votar contrário ao meu querido Deputado Divanir Braz Palma, mas contra a postura incoerente da Bancada do Governo, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para encaminhar, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, quero antes, para não criar nenhuma dúvida, declarar publicamente o meu voto favorável ao projeto do Deputado Divanir Braz Palma.

Mas, a minha intenção na hora do encaminhamento, é exatamente chamar atenção sobre isso que o Deputado Colombo, já o fez.

Nós votamos quatro, cinco projetos atrás, rejeitando o projeto do Deputado Péricles, isentando de taxa de água: creches e associações de creches, que são em número menor, que são carentes, que há uma dificuldade enorme na associação de uma creche.

Sou favorável totalmente ao projeto do Deputado Divanir Braz Palma. Agora, Vila Rural, por menor que seja, é um patrimônio do cidadão, é um bem que o cidadão já recebeu do Estado. E nós temos, acho, Deputado Divanir que ajudar no tudo que pudermos as Vilas Rurais. Mas, não vejo porquê, nós que falamos em defesa de Associações de Bairros, de organizações da sociedade as crianças carentes, sermos conta a isenção de taxa de água

para uma creche, só porque o projeto é de um deputado de Oposição.

Acho que na questão social, na questão da necessidade das crianças, dos pequenos agricultores, dos bóias-frias, na saúde, na educação, nós não temos partido: nós temos situações de fatos que acontecem no País, de calamidade sociais, infelizmente. E da mesma forma como nós votamos este seu projeto favorável, lamentamos que o anterior tenha sido votado e até deixo aqui, uma solicitação e quem sabe, a reparação do equívoco.

O Regimento Interno diz que com um número de deputados, 2/3 ou maioria, ou 28 assinaturas, pode reapresentar um projeto. Vamos reapresentar o projeto do Deputado Péricles, para fazermos justiça também às creches dos bairros das nossas cidades, que as crianças precisam disso.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, para encaminhar!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, para achar um denominador comum entre os Deputados Braz Palma e Péricles, se o Deputado Durval Amaral, assim entender, poderíamos, na segunda discussão, apresentar uma Emenda, aonde entendemos às creches e principalmente à Associação de Moradores cadastrados como está cadastrado na Secretaria de Estado da Criança, e Assuntos da Família, da ilustre Secretária Fany Lerner.

Acho que seria um motivo justo, que nessa 2ª votação, acoplássemos essa Emenda, se é anuência do nobre autor e do líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado, uma questão de ordem que Vossa Excelência levantou, na 2ª Discussão pode-se apresentar quantas Emendas os senhores deputados queiram apresentar.

Deputado Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, acho até que a colocação feita por alguns deputados tem algum caráter realmente de injustiça. Até devemos dizer ao Deputado Braz Palma está correto.

Agora, queria só informar ao Plenário e a Vossa Excelência, que estou, senhores deputados, apresentando um projeto que já deve hoje, talvez, ser distribuído ou no máximo amanhã, exatamente como resolvemos o problema de Londrina.

Com relação às creches e associações de moradores. Lá, um projeto de minha autoria, permite que elas, que estão fazendo agora a nível de Estado, possam perfurar poços artesianos.

Porque na nossa região, dos 5 conjuntos lá em Londrina, existe uma questão interessante, que tem pessoas que pagam mais a taxa da Sanepar, do que a prestação da casa.

Então, esse meu projeto está entrando, espero depois contar com a colaboração de todos os senhores deputados.

O SE. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, queria fazer uma colocação, em relação ao posicionamento e à coerência, não só do Plenário, mas também da Comissão de Constituição e Justiça, onde nós revemos um parecer contrário à CCJ do projeto do Deputado Péricles, e infelizmente, como citou o Deputado Algaci, ficamos prejudicados por não termos na pauta da Ordem do Dia, os pareceres das Comissões, e que evidentemente nos dificulta o questionamento, o porque o parecer contrário da CCJ, em um projeto e outro projeto equivalente, nós vemos aqui um parecer favorável da CCJ.

A CCJ não analisa questão de mérito e muito menos a questão da vontade política ou de ação do Governo.

Analisa a questão legal, constitucional.

Portanto, vemos aqui um grande equívoco, já na Comissão de CCJ. Evidentemente vemos em profundidade a importância deste Projeto do Deputado Divanir, mas muito mais no sentido de que o Governo poderia, quando ao seu projeto, para implantação de uma Vila Rural, criar uma viabilidade, um projeto técnico, no sentido até de irrigação, que fornecesse condições àqueles agricultor que fosse cultivar a sua propriedade, tivesse ali condições de ter a irrigação necessária para a plantação, para a produção naquela área.

Evidentemente, não é a taxa de água residencial, onde o consumo é pequeno, que viabiliza ou inviabiliza o projeto da Vila Rural, mas sim um projeto no sentido de viabilizar a irrigação da área.

Portanto, quero questionar aqui, a falta desses documentos e a nossa contestação pela incoerência dentro desses documentos e a nossa contestação pela incoerência dentro das Comissões, até hoje.

O SR. PRESIDENTE

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Pela coerência, o meu voto é de protesto.

O SR. PRESIDENTE

Está registrado o voto de protesto do Deputado Irineu Colombo.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2001, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, parte

do terreno da Escola Estadual Rui Barbosa, para construção da Casa da Cultura. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 059/2001, de 15/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 188/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, o terreno da Escola Estadual Rui Barbosa, para construção da Casa da Cultura.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

A proposta em análise, em que pese o seu mérito, vem possibilitar principalmente aos jovens, o acesso à cultura. A construção da Casa da Cultura, beneficiará a população do Município, facilitando o acesso, além de ser mais uma opção de espaço a ser utilizado em atividades estudantis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 188/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, parte do terreno da Escola Estadual Rui Barbosa, para construção da Casa da Cultura.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao mérito, e em face da importância da matéria, manifestamo-nos favoravelmente à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 189/2001, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, o terreno da unidade desativada há mais de 10 anos, para a construção de um Centro de Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 059/2001, de 15/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 189/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, o terreno da Unidade Sanitária desativada há mais de 10 anos, para construção.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Em que pese o seu mérito, o presente pedido justifica-se face à importância da construção de um Centro de Saúde, a fim de atender grande parte dos municípios, valorizando a saúde e o bem-estar do ser humano.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 189/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, o terreno da Unidade Sanitária desativada há 10 anos, para construção de um Centro de Saúde.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao mérito, e em face da importância da matéria, manifestamo-nos favoravelmente à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2001, de autoria da Comissão Executiva - ex-Mensagem nº 11/2001, que autoriza o senhor governador e senhora vice-governadora a ausentarem-se do País. **(A Mensagem nº 11/2001, foi publicada no D.A. nº 035/2001, de 10/04/2001).**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a contagem.

(Pausa)

Vinte e nove recusam o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk.

Os que aprovam queiram levantar-se.

(Pausa)

Dezoito aprovam. Está recusado o requerimento.

Para discutir, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Discutir)

Senhor presidente, não é a primeira vez que falamos a respeito deste assunto e eu venho para discutir esta matéria na tarde de hoje, já na noite de hoje, porque me sinto na obrigação de, como parlamentar no meu quinto mandato, mais uma vez defender o Parlamento que represento. E faço isto porque neste último ano e no anterior a este último, em mais de uma oportunidade, pelo Brasil afora, estive representando esta Assembléia e representando as Assembléias do Brasil na condição de Presidente da União Nacional dos Legislativos e em todos os momentos e também nesta Conferência que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, o que mais se apregoava, o que mais se exigia, era que se respeitasse os direitos conquistados pelo Parlamento, que se buscasse ampliar o poder do Parlamento, que o nosso poder de legislar tinha que ser ampliado e que não podia permanecer engessado, ensanduichado por aquilo que não nos permite a Constituição Federal, por aquilo que nos proíbem as leis orgânicas municipais.

Então, neste tempo todo em que pudemos participar das conferências anuais de deputados do Brasil inteiro, em Brasília, em São Paulo, no Recife, no Rio Grande do Sul e agora na cidade do Rio de Janeiro, sempre e sempre reivindicação maior é que se ampliasse a possibilidade de os Deputados Estaduais exercerem na plenitude o seu poder de legislar, o seu poder de atuar, o seu poder de representar os anseios maiores da população.

Lembro-me de quantas e quantas vezes deputados que hoje possivelmente vão votar a favor da perda das suas prerrogativas, quantas e quantas vezes me cobraram - Mas, Pessuti, você, como Presidente da Unale o que está fazendo em favor do Parlamento? O que vocês está fazendo para nos defender? O que você está fazendo para fortalecer a representação Parlamentar? E eu, com muita paciência, procurava explicar a todos o esforço muitas vezes não bem sucedido na nossa luta como presidente da entidade para que o Parlamento Estadual fosse respeitado, para que o Parlamento Estadual fosse valorizado, para que o Parlamento Estadual tivesse ampliado o seu poder de legislar, o seu poder de fiscalizar o seu poder de representar os anseios maiores da população.

Tenho certeza, senhores deputados da Oposição, da Situação, do Bloco dos Parlamentares Independentes, eu tenho certeza absoluta que todos nós temos consciência de que aqui estamos para exercer na plenitude o nosso mandato, que nós aqui estamos para exercer, na plenitude, a representação que o povo nos delegou, que esta-

mos aqui para ouvir o clamor da população acerca dos assuntos que se discute. E confesso aos senhores deputados e às nobres Deputadas Serafina e Luciana, que em todos os momentos que conversei com a população do Paraná acerca desse projeto, em nenhum momento encontrei uma pessoa que fosse favorável que abrissemos mão dessa prerrogativa que é autorizar, sim, as viagens do governador, mas, uma a uma, quando necessário, quando plenamente justificado.

O que estamos hoje analisando aqui, senhores deputados, é a concessão de um amplo benefício ao governador e à vice-governadora, coisa que não precisam eles buscar na Assembléia, porque todas as vezes que precisam eles buscar na Assembléia, porque todas as vezes que precisaram viajar e que deram conta, antecipadamente, dos motivos e das razões que levavam a pedir aquela autorização para viagem, todos nós, deputados de Governo, independentes, da Oposição, aprovamos e autorizamos a ida do governador. Pedir agora este benefício, essa concessão, é retirar de nós o nosso poder de legislar. É retirar do Legislativo a competência a nós atribuída pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.

Nós, quando fomos eleitos e aqui tomamos posse, erguendo a mão direita, juramos respeitar a Constituição, juramos fazer prevalecer a lei e a ordem nesse Estado! E o que estamos aqui assistindo da parte do governo? É a proposta da desordem, é a proposta da humilhação, é a proposta de fazer de nós eternos submissos às vontades de um governante que lá está, sim, eleito pelo motivo, mas que nesse momento, em cima desse projeto, não reside a ele nenhuma autonomia conferida pela população, de retirar de nós as atribuições, os poderes e a competência que temos de avaliar, em cada momento, em cada situação, se o governador, no exercício, pode e deve se ausentar do País.

Por essa razão, senhor presidente, é que faço um apelo aos deputados, para que não venhamos a desmentir tudo aqui que, no dia-a-dia cobramos de nós mesmos, que é a possibilidade de fiscalizar, que é a possibilidade de exercermos a nossa função, com altruísmo, com independência e com competência que nós, tanto lutamos, por ocasião da Constituinte Federal e da Constituinte Estadual.

Deputado Basílio Zanusso, a nossa Constituinte, que foi presidida por Vossa Excelência que lá esposou, sob vossa coordenação e do Deputado Caíto Quintana esse instrumento, essa competência, essa autoridade a nós, deputados, e agora o governo quer subtrair, quer retirar daquelas competências a nós atribuídas, sob sua coordenação e do Deputado Caíto, e aprovado por nós.

Faço um apelo, que não aprovemos essa medida, faço sim, também um apelo, que aprovemos todas as autorizações que forem plenamente justificadas. Aqui estou há 18 anos e 4 meses, nesta Casa, e não vi até hoje nenhum pedido de autorização para viagens do governador, que tivesse sido rejeitado pela Casa.

Por uma questão de respeito a esse Parlamento é que peço que não autorizemos, de forma indiscriminada, concedendo esta carta de alforria, este salvo-conduto, este cheque em branco, que nos envergonhará, certamente, porque todos nós, ao votarmos favoravelmente, estaremos perdendo, a partir desse momento, o direito de reivindicar mais poderes, mais competência, mais atribuições ao Parlamento.

Se agora, neste momento, abirmos mão das nossas prerrogativas, dos nossos direitos, perderemos, para frente, o direito de reivindicar aquilo que agora estamos jogando, quem sabe, na própria lata de lixo!

Peço que votem contrariamente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, o que está por trás desse pedido de viagem permanente, ninguém sabe. Agora, de fato, nós ainda estamos para marcar o dia para ouvir os técnicos do Tribunal de Contas para que nos apontem aqui, em viva voz, porque por escrito já o fizeram.

O governo está sob suspeição, absolutamente sob suspeição, para os autos dos técnicos do Tribunal de Contas, estão nas notícias de todo lado e de todo dia. Algo paira por trás desse pedido de licença permanente.

Senhores deputados que têm experiência política sabem o que estão fazendo aqui. E se derem a licença permanente ao governador e à vice, não reclamarão depois, porque não terão condição de dizer: não demos autorização. Todos aqui sabem.

Eu fiz um discurso público naquela tribuna e constatei e revelei, melhor dizendo, todas as afirmativas dos técnicos do Tribunal de Contas. Qual foi a resposta que ouvimos? O presidente do Tribunal de Contas, que aliás pode ser questionado judicialmente, por tentar induzir esta Casa a um erro, maquiou o relatório incontestável dos técnicos e nos remeteu com aprovação unânime e ainda com louvor.

Então, senhores deputados, a hora e a vez é desta Casa, enquanto os técnicos escrevem e constatarem as irregularidades, nós não podemos fechar os olhos porque lá é um Tribunal Auxiliar desta Casa, e se eles nos assessoram tecnicamente, como é que podemos desvirtuar ou esquecer, até porque a matemática é uma ciência exata e os números estão lá.

Senhor presidente, encareço a Vossa Excelência, a quem tenho elogiado tanto, mas na pauta da Ordem do Dia, é naturalmente função da Presidência da Casa. Acho que esse assunto não cai bem para a Assembléia Legislativa. Por quê, autorização permanente para viajar? Por que razão? Por que razão, se ele contou com esta Casa? Por que razão? É fugindo de quem? Desta Casa que não é, porque esta Casa lhe deu inúmeras vezes, oportunidades para que viajasse pelo o mundo inteiro.

Então, senhor presidente, esta votação, esse pedido, é um pedido que eu tenho certeza que vai marcar muito a posição desta Casa, sobretudo se daqui a pouco tivermos outros embates que não sejam aqui e aí poderemos ver o erro que cometemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só respondendo à questão de ordem de Vossa Excelência, existe um requerimento aprovado nesta Casa, do dia 09 de maio que coloca o projeto em regime de urgência; por isso colocamos na pauta.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, a Casa não vai nunca negar viagem. Por que autorização até o final do governo? Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa Excelência pergunta a mim?

O SR. NEIVO BERALDIN

É uma triste constatação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores parlamentares, o senhor note, eu gostaria até de começar exatamente por isso aí, veja que é hilário a pergunta do Deputado Neivo e a sua resposta espirituosa também o é.

Por quê? Por que o pedido? Se nós perguntarmos para muitos dos deputados do Governo por que desse pedido, boa parte não vai saber dizer.

Talvez coubesse ao Deputado Durval, Líder do Governo, convencer esta Casa, dizendo o seguinte: Não, o governo precisa por causa de tal assunto.

Porque já houve quem disse para mim; Olha, esse troço está ficando feio, o Lerner daqui a pouco vai fugir.

Mas para fugir não precisa autorização! Autorização precisa para sair legalmente do País!

A Assembléia deu 39 licenças. Recordo-me que umas três ou quatro destas foram feitas após a saída do governador.

No mandato passado da Assembléia Legislativa, senhor presidente, quando uma vez exercendo a Presidência por uma viagem do Deputado Nelson Justus, no final do ano substituindo a Presidência, após o Deputado Nelson Justus ter ido para a Secretaria de Transportes, lembra Vossa Excelência que o Governador Jaime Lerner viajou para o exterior. Segundo o Regimento da Casa: "Ao presidente compete autorizar ou não..." Nós autorizamos.

A Oposição nunca pôs questionamento na viagem do governador, até porque achamos que compete ao governador viajar, sim, e por que não?

Mas a Constituição, essa questão nós vamos avaliar. Quando ela diz que: Para o Governador do Estado ausentar-se do País precisa de autorização da Assem-

bléia. O espírito constitucional dessa lei diz que o governador a toda vez que sair do País, precisa de autorização da Assembléia.

Não trata-se de uma autorização total e absoluta, desde o primeiro dia do mandato até o final. Senão, a Constituição não estaria dizendo: O Governador poderá pedir autorização no início do seu mandato para viajar até o final.

Isso, diz para os países do Mercosul, não para as ausências, para qualquer parte do mundo.

Eu acho inclusive, que esse projeto é discutível do ponto de vista constitucional, porque estamos dando, genericamente, uma autorização que a Constituição do Estado determina que seja dada sempre pelo Governo, quando ele for ausentar-se do País.

Causa-me estranheza e gostaria de ter pelo menos o seguinte: Olha, senhores deputados, existem tal razão: ou por que a Assembléia não quis dar, ou porque a Assembléia negou determinada vez e o Estado do Paraná perdeu uma viagem, perdeu um negócio, perdeu um contrato; ou por que se nenhuma vez na história política do Paraná, em nenhum governo foi negada essa autorização? Por que esse descaso com a Assembléia de querer uma autorização permanentemente para viajar? Talvez, para sair uma sexta-feira de noite e ir em Nova Iorque, voltar no sábado de tarde; talvez para não precisar dizer à Assembléia quais os motivos que levam o governador a viajar para o exterior, talvez para não ter que prestar contas à Assembléia dos resultados das viagens feitas para o exterior.

Pois nem isso justifica, porque muitas e muitas vezes, desculpe-me usar o seu nome, Deputado Valdir Rossoni, mas muitas vezes não existia razões de estado para viajar e Vossa Excelência, como Líder da Bancada do Governo, conversou conosco, de Oposição, citando problemas pessoais e familiares do governador, e nós em instante algum pusemos obstáculos, sempre votamos favorável, mesmo que fosse por uma questão familiar e pessoal do Governador.

Acho que estamos aqui praticamos uma *captis diminutia* no nosso poder de legislar, porque estamos dando até o final do mandato, autorização para que o governo se ausente.

Olha, senhor presidente, senhores deputados, nem para fugir, não precisa de autorização da Assembléia, porque a fuga pode ser feita sem que a Assembléia autorize.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Por uma questão de coerência também, quero deixar externado aqui o meu ponto de vista.

Acho desnecessário que a Assembléia se desgaste neste ponto e perca mais ainda o poder que tem, que é de decidir, se dá ou não a licença. Muito embora, esta Casa nunca tenha negado licença a ninguém, nem nos piores momentos de relações de governos anteriores quando era

o presidente, o falecido Deputado Anibal Khury, nem aqueles momentos esta Casa ousou negar qualquer licença para o governador se ausentar do país, não o faria também neste momento.

Até porque é desnecessário se desgastar a Bancada Governista, criar uma polêmica com a Bancada de Oposição quando coloca em votação um projeto liberando a Casa de votar licença daqui até o final do mandato do atual Governo.

É lamentável que esta Casa, que já tem poucas prerrogativas, abra mão de mais uma delas e o Artigo 86 da Constituição Estadual diz que o governador e a vice-governadora não poderão, sem licença da Assembléia, ausentar-se do país por qualquer tempo e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do mandato.

Corre o risco, senhor presidente, de juristas serem consultados e de repente, o governo acaba tomando o “tiro pela culatra”, quando tenta ter a liberdade para o governador e a vice-governadora se ausentarem do país até o final do seu mandato, corre o risco, o governador, de encontrar com algumas ações, porque vai ensejar a curiosidade e vai ensejar destes parlamentares, um estudo minucioso, se foi legal ou não esta liberação da Assembléia.

Por uma questão de coerência tendo sido defensor das prerrogativas desta Casa e, lamentavelmente, esta Casa abre mão de mais uma de suas prerrogativas, quando libera daqui para a frente, todas as ausências do senhor governador.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor presidente, estou presenciando a discussão e não me contive, acho que tenho que fazer uma colocação de ordem pessoal.

Confesso que gostei da colocação feita pelo Deputado Pessuti, porque o Legislativo luta a cada dia mais, para fazer valer o seu direito e eu gosto de fazer valer o meu mandato.

O que não podemos deixar de raciocinar, é que a nossa geração, a geração de uma boa parte de todos nós aqui sabe que viajar para o exterior, era coisa que acontecia raramente.

Lembro da minha infância e quando alguém dizia: “fui aos Estados Unidos...” era um negócio de não acreditar. Vivi, durante muito tempo, a movimentação do aeroporto na minha cidade e quando as pessoas saíam para viajar, as famílias todas iam, levavam faixas, exatamente, em função da dificuldade.

Não me sinto bem em votar um decreto legislativo que dê essa permissão ao governo, mas acho que não só nós no Paraná mas entendo que no mundo inteiro, tem que haver a modernização.

Li no Jornal da Globo que um avião americano caiu, não foi feliz nesta última experiência que teve e que vai fazer Rio-Nova Iorque em 45 minutos.

Se nós chegássemos para o Pedro Álvares Cabral, há 500 anos atrás, lá em Porto Seguro e disséssemos ao Pedro Álvares Cabral; daqui a meio século, nós vamos fazer esse trajeto de Porto Seguro até Lisboa em quatro horas, com um concorde..." todo mundo iria achar que ele estava louco.

Acho que a gente tem que deixar um pouco de ser provinciano.

Também não me sinto bem em dar um aval para o governador viajar e acho até que as insinuações - e não sou advogado do governo - e me coloco até na situação de um dia ser eu o governador ou qualquer um de nós, para fazer um posicionamento desses, porque para fugir, não é preciso ter liberação. Não é bem isso.

A mensagem que eu recebi, é uma questão de doença da família e que dá a impressão que a qualquer momento "a bomba pode explodir" e eu não vou discutir esse assunto aqui, mas temos que nos ater à questão da modernidade da atualidade.

Estamos no 3º Milênio. O homem já foi à Lua em 1969.

Então, toda a vez que se fala que vai viajar e aí está inserido na nossa Constituição, e isso vem ainda do Brasil Império, onde se pegava uma embarcação para tentar ir a Paris e demorava dois anos para voltar, então, o Imperador não podia sair. Hoje, a situação não é mais essa!.

Pode sim, quem tem dinheiro pode pegar um avião aqui, jantar em Miami e voltar no dia seguinte.

Agora, nós temos esse ranço de província, nós que eu digo sou eu também, toda vez que se fala que um governante vai viajar para o exterior, sempre há um será que... quando eu acho que tem que viajar. Veja o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é dos presidentes que mais viajou até hoje, ele sempre traz algum subsídio. E é muito importante, e me sinto muito bem quando vejo o Presidente Fernando Henrique falando em inglês, falando em francês, discutindo no mesmo nível, no mundo inteiro.

Então, acho que se fala em globalização, não quero fazer a defesa do governador, em absoluto acho que alguma coisa tem que ser alterada neste sentido, porque nunca imaginei que a 15 anos, ou a 20 anos atrás, eu iria arrumar a minha mala para viajar e iria levar o telefone, porque era uma coisa que nem telefone fixo a gente tinha em casa. Hoje você arruma a mala e vai. Tem 5 filhos na família os 5 têm celular. Esse é o tempo que nós vivemos. Se a gente conseguir fazer uma viagem nesse novo avião, de São Paulo para Nova York em 45 minutos, vai dar para ir à China, a Hong Kong, vai dar para voltar para Nova York, vir para São Paulo no mesmo dia.

Então, acho que é uma questão até de modernização e deixemos de ser provincianos.

Gostaria muito, meu caro Presidente e Líder Durval, de que o Governador tivesse o discernimento de pedir toda vez que quisesse sair, porque ninguém nega, é verdade a colocação de todo mundo.

Estou discutindo a legislação, esse Regimento mofento que temos aqui, de uma Constituição em alguns segmentos dentro da área social, por exemplo, das melhores do mundo, mas para se aplicar na Suíça, porque aqui, não tem condição de se dar salário digno, nem matar a fome de ninguém. E a gente fica perdendo tempo para saber se o governador tem que sair ou não. Acho isso, em tese, ou província ou um pouco de hipocrisia. Vou votar, até porque alguém ligado ao Governo me pediu, para essa questão da chamada doença. Não me sinto muito bem, mas acho até que poderíamos uma hora discutir essa questão, porque estamos um pouco atrasados no tempo.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Rogo a Vossa Excelência para que faça cumprir o artigo 225 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, no parágrafo 5º, que é muito claro ao afirmar que: "no encaminhamento da votação poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez pelo prazo de 5 minutos". E lembrar aos nobres deputados que a Sessão começou às 16h00. Então, não obstante a todo o tempo que está sendo gasto na argumentação, até porque é um assunto muito importante e não podemos censurar ninguém pelas suas palavras, mas só dizer que ficaremos o tempo que for necessário para votar esta matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo ao nobre Deputado Durval Amaral, que no encaminhamento será assegurada a palavra a qualquer dos senhores parlamentares pelo prazo de 10 minutos de acordo com o artigo 172 do nosso Regimento Interno.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, é matéria especial, que se sobrepõem à matéria geral, obviamente, está regulamentado no artigo 225, quando fala de viagem do governador e de projetos desta natureza. Então é matéria de natureza especial, razão pela qual estou argumentando.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O nosso professor vai dar já a informação correta. Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados. Espanta-me ver essa tentativa de tirar mais uma prerrogativa desta Assembléia. Dissesse este projeto: por motivo de saúde o governador e a vice-governadora pedem autorização a esta Assembléia para se ausentar a qualquer tempo, tenho certeza absoluta, que teria aprovação de todos os membros desta Casa. Parece-me, Deputado Moysés Leônidas que esta Casa não é anacrônica, muito pelo contrário, está de acordo com o seu tempo. O que ela não pode é começar a reduzir o seu poder de fiscalizar e o seu poder de votar. Da mesma forma que Vossa Excelência defende a velocidade das viagens internacionais poderia dizer a

Vossa Excelência, que então não há mais necessidade de estarmos aqui a fiscalizar, uma vez que os dados estão disponíveis na internet. E poderíamos através da internet palpitar. Poderia dizer a Vossa Excelência que quem sabe dentro da sua argumentação talvez nem houvesse necessidade de existir esta Assembléia, pois o povo hoje pode se comunicar diretamente através dos e-mails do governo.

Ora, senhores, parece-me que este é um momento muito sério, já disse e voltarei a dizer, não vi em momento algum esta Casa se negar a dar qualquer tipo de autorização. A Bancada do PPS, falo aqui em meu nome e do Deputado Cesar Silvestri, em momento algum que o governador ou que a vice-governadora precisem se ausentar do País terão a nossa negativa, muito pelo contrário. Agora, o que me parece que a Bancada do Governo na segunda votação equivocada do dia, a primeira, eu há pouco conversava com o Deputado Custódio, a que proíbe a isenção das taxas de água para as creches e para as associações de moradores, e agora nessa votação que me parece muito maior, pois é uma votação que mexe com a Constituição e com o Regimento desta Casa, parece dar razão àquele Secretário de Estado que alegou que o governador não gosta de falar nem com Deputado ao vivo, quanto mais ouvi-los gravado.

Ora, se não há condições do senhor líder do Governo, com a sua Bancada aliada, que é ampla maioria nesta Casa e tem demonstrado a cada necessidade de viagem, vir e votar. Então, me desculpem os senhores, o demérito não é para a Bancada de Oposição, o demérito é para a bancada aliada, parece que não querem é conversar com os senhores, parece é que não querem discutir os motivos das viagens, não querem ter pelos senhores o respeito que os senhores merecem e que está Casa merece também.

Então, o que me assusta nestas horas, e eu já dizia hoje, em um aparte ao deputado Vanhoni, é o caminhar que o governo Lerner pega nesses últimos tempos, nesses últimos seis meses, onde não se ouve mais a Assembléia, não se negocia mais com os Deputados em termos de idéias, em termos de projetos, mas o que se quer é um rolo compressor a massacrar. Ou o governo não confia em sua base aliada para que venha discutir projeto por projeto?

Parece-me, senhores, que está havendo um desmerecimento desta Casa, um desmerecimento de cada um dos Deputados que o compõem.

À Oposição, resta votar contrariamente e até mesmo ser mal interpretada amanhã ou depois ao se dizer que alguns não quiseram liberar o senhor governador, ou a senhora vice-governadora por problemas de saúde, absolutamente!

Digo e repito, este projeto de lei seria inteiramente legítimo, claro, perfeito, adequado aos tempos modernos se nele contasse, depois do projeto, por motivo de saúde.

Disse isso ao Líder da Casa e volto a repetir: ninguém nesta Casa em sã consciência, senhor presidente,

poderia tomar qualquer atitude diversa. Mas, esta forma de passar por cima, de não querer ouvir mais ninguém, isso me assusta, Deputado Valdir Rossoni, o senhor que já foi líder do governo. Parece-me que ninguém mais quer ouvir o povo, que é um governo que se distancia, um governo que começa a ficar realmente ilhado e isolado. E isso eu tenho certeza, Senhores, não é da índole do governador, é de alguém que o assessora e mal, alguém que como quer casar os votos de Vereadores de Pato Branco, quer cassar a voz e a vez desta Assembléia Legislativa.

Senhores, me desculpem, o governador sabe, a Senhora Fani sabe, a dona Emília Belinati sabe, o Senhor Antonio Belinati sabe, do respeito que tenho por todos eles, por seus familiares. Mas, não posso, em hipótese alguma, renunciar o mandato que o povo me deu e votar favorável a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência, democraticamente, vai cumprir o Artigo 20, parágrafo 6º, combinado com o Artigo 149, parágrafo 1º, onde para se encaminhar tem que ser encaminhamentos alternados, a favor ou contrário.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, quero fazer apenas um pedido a Vossa Excelência.

Como presidente retire esse assunto da Ordem do Dia, o senhor tem poder para isso. Faça isso e nós estaremos prontos para atender ao Governador a hora que ele precisar. É um pedido que faço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado o pedido de Vossa Excelência.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, eu só queria responder ao deputado, meu colega, Marcos Isfer, que esse discurso de Vossa Excelência, eu espero de todo mundo, menos de Vossa Excelência. Vou morrer e não vou ver tudo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Continua em votação.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, como eu fui citado de uma forma que considero desairosa e tive todo o respeito pelo Deputado Moysés Leônidas, quero deixar claro, senhor presidente, que as minhas atitudes sempre foram claras...

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Eu também fui respeitoso.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu também quero registrar que ninguém aqui é provinciano! Ninguém está fazendo uma votação em cima de um Regimento horrendo, porque a

Constituição fala no Artigo 86. E se eu não tiver a coerência de defender a Casa onde eu passo o maior tempo do meu dia, senhor presidente, então vou para casa, não adianta mais.

Não tive a felicidade de ter a formação acadêmica, mas tive a sensibilidade de compreender as coisas em nome do povo.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhores deputados.

Não pretendia encaminhar, senhor presidente, mas em função da observação feita pelo Deputado Moysés Leônidas, tentando cobrar o posicionamento do meu colega Marcos Isfer, meu colega de Bancada, fez com que eu me posicionasse nesta questão.

Em primeiro lugar, senhor presidente, esse assunto é extremamente sério. Na minha avaliação o Deputado Caíto Quintana está repleto de razão quando questiona a legalidade desse projeto, até porque nós estamos, através de um projeto de lei autorizatório, passando por cima da Constituição Estadual. E, na minha avaliação, este projeto só teria cabimento se fosse feito como uma Emenda à Constituição Estadual. E o nosso Regimento é claro, a Emenda à Constituição requer inclusive, um quórum qualificado.

Então, é totalmente inconstitucional, na minha avaliação, este projeto.

Agora, queria entrar um pouquinho no mérito, até porque, senhor presidente, se existe alguém que eu, Deputado Cezar Silvestri, tenho consideração neste governo, é a senhora Fani Lerner. Então, se porventura foi essa a intenção do governador Jaime Lerner quando mandou essa Mensagem a esta Casa, pediria ao Líder que fosse claro, que retirasse esse projeto hoje, reapresentasse amanhã. E eu me comprometo, junto com o Deputado Marcos Isfer, tenho certeza absoluta que a totalidade dos Deputados se comprometem, a votar favoravelmente. Agora, deixar o projeto como está, tirando uma prerrogativa deste Poder, e ainda, deputado Moysés Leônidas, eu não sou de dar “pito” ou chamar a atenção de quem quer que seja, sempre procurei respeitar a todos os Deputados, independente daqueles que pensam o contrário. Agora, Vossa Excelência não está autorizado a repreender quem quer seja, até porque a intenção do Deputado Marcos Isfer - e ele me falava ali, - que a grande preocupação é que, se esse projeto, se a intenção do projeto, era preservar, dar a possibilidade da dona Fani Lerner viajar quantas vezes fossem necessárias para tratamento de saúde. Ele estava preocupado com isso, pela amizade que ele tem com a dona Fani. Então, acho que Vossa Excelência se equivocou. E reconhecer o erro, como eu digo sempre, não é pecado para ninguém.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, vamos entender o espírito constitucional. Em primeiro lugar porque se precisa autorizar a saída de um governante. Isso não é brincadeira. O espí-

rito constitucional é no sentido de que o chefe do Poder Executivo, à medida em que vai para qualquer lugar, informe ao Poder Legislativo porque há uma relação de Poder, há contrapeso entre os poderes. Precisa informar à sociedade. Se não pode informar à sociedade, como é que ele faz? Pede uma autorização ao poder que lhe controla, de certa forma, faz o contrapeso, que é o Poder Legislativo, portanto está informada a sociedade. Senão vejamos, na história, quais são os exemplos de problemas de ausência do governo. Quando o Jânio Quadros renunciou com um bilhetezinho o João Goulart estava na China em visita, em visita oficial, os militares alegaram que a autorização de João Goulart estava irregular e não e deixaram descer em Brasília, ele teve que pousar no Rio Grande do Sul. João Goulart escoltado, pelo 3º Exército, que era legalista, aí houve uma intensa negociação, propuseram a Emenda do Parlamentarismo, ele tomou posse.

Vejamos outro exemplo na história: a viagem do mesmo João Goulart, agora em 1964, quando saiu de Brasília, estava o clima, havia a insurreição do exército, a partir de Minas Gerais, aderindo São Paulo, aderindo o Rio de Janeiro. O Magalhães Pinto já se manifestando com os seus Deputados no Congresso, estava instaurado o Golpe Militar, nesse momento João Goulart viaja para o Rio Grande do Sul para liberar o exército legalista e deixa com o seu ministro as razões por que estava deixando Brasília para ir para um Estado da Federação. O Presidente do Congresso, Auro de Moura, falou que Brasília estava sem o chefe do Poder Executivo e em voz alta disse o seguinte, todo mundo sabe dessa gravação, que circula aí:

“Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República”. O Auro de Moura declarou vaga a Presidência da República, com uma viagem dentro do Brasil.

Então veja que a saída de um governante não é uma coisa tão simples, ela é baseada também no princípio de que, quem pode prejudicar enormemente o erário pode fugir, inclusive com o ouro do erário. Temos várias histórias, vários relatos atuais de governantes que saíram de seus países levando riquezas de seu Estado. Não quero dizer que este governo ou o governo do Rio Grande do Sul, ou de Santa Catarina vá fazer isso, mas o princípio constitucional tem que pensar nessa possibilidade e além do mais, Deputado Durval Amaral, o governo já fez contatos a nível internacional, tinha a possibilidade de isenção de ICMS, para trazer indústrias, trouxe as indústrias, algumas foram embora, eu não sei se ele quer essa viagem para acompanhar a saída da Chrysler e de outras indústrias que estão indo embora. Também se o governo é para ser moderno, para viajar rapidamente, faço uma sugestão, é tão moderno quanto viajar rapidamente com avião, é fazer conferência estando aqui, com vídeo interativo, com telefone interativo, faz aqui mesmo a tal da conferência, fala francês, inglês, coloca tradutor, e nós poderemos, inclusive, participar. Aí é ultramoderno, aí é do estilo do governo, o mito da modernidade. Quer dizer, na verdade, o que está acontecendo é a quebra de um

princípio constitucional para permitir que o governo não mais, evidentemente, no final de governo, não interessa mais ao governo trabalhar para o Estado, porque da forma como ele está fazendo, não está trabalhando para o Estado, vai, sim, descansar um pouco, tomar um bom uísque lá fora, com a autorização oficial desta Assembléia, com erário público.

É isso que vai acontecer e permanentemente. Ninguém vai saber quantas viagens o governo vai fazer, porque como foi dito aqui pelo Deputado Moysés Leônidas, ele pode sair no sábado pela manhã, voltar no domingo à noite, passear em Las Vegas, e está autorizado por esta Assembléia Legislativa, ou não, ou estou mentando?! Não pode ir para Las Vegas? Pode. Mas, o Deputado Divanir falou isso, que é possível ir lá e voltar, como é possível para fazer negócios um governo em final de mandato, que está perdendo as indústrias que com tanta isenção está trazendo para cá, não vai fazer negócio. Vai é para Las Vegas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a Discussão.

Em votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pediria, se possível, a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência teria que requerer por escrito, e o Plenário aprovar ou não.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Estou encaminhando requerimento por escrito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação requerimento por escrito que deverá ser encaminhado pelo Deputado Neivo Berardin.

Vinte e nove (29) dos senhores deputados rejeitam. **Rejeitado** o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Doze (doze) dos senhores deputados aprovam o requerimento. Vinte e nove (29) rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

Em votação o projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar e solicitar a solidariedade dos nossos companheiros do PSDB, do Deputado Spada, do Deputado Litro, se puderem acompanhar o Partido neste caso, que com certeza seria uma boa coisa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. **Aprovado** o projeto.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e procederá à verificação de votação.

Vinte e nove (29) senhores deputados aprovam o projeto. Está **aprovado**, em Discussão Única, o Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2001.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1528, de autoria do Senhor Deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1529, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1533 e 1534, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1536, de autoria do Senhor Deputado Neivo Berardin, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1683 a 1686, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1697, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1719, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, da mesma forma, como fomos vaiados quando saímos do plenário, nós não vamos. Lamentamos a ausência da Bancada Governista no momento...

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que o Senhor 1º Secretário proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Não há quórum para votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)
Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Pela Ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, os gabinetes dos deputados, estão recebendo uma correspondência do Deputado Kielse, convocando para a reunião de amanhã, na Comissão de Meio Ambiente. E estou reafirmando o convite; já o fiz na sexta-feira.

O interesse é nosso, que os Deputados compareçam para esclarecer essa questão do Boticário e do SPVS.

Portanto, queremos o máximo possível de deputados, a imprensa que será naturalmente a hora de colocarmos as coisas a limpo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 069, 189, 377/2000, 114 e 138/2001.

3ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 390/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 311, 635/99, 391, 411/2000, 188 e 189/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 291/99, 096, 119, 139, 150/2001, 171, 258, 341 e 378/2000.

Posteriormente, teremos uma Sessão Extraordinária, para verificação dos votos e teremos a inauguração do nosso plenarinho, com a reunião dos senhores parlamentares, no novo plenarinho da Assembléia.

Muito obrigado pela presença nas duas sessões.

Levanta-se a sessão.

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

ELI MOCELIN CECCON, matrícula nº 40002, endereço Rua Sto. Tome, 44 Bocaiuva do Sul-PR, remuneração mensal estimada R\$609,73, CPF: 232.238.639-15, data de nascimento 11.09.1954.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 5543)

Curitiba, em, 31.05.2001.

(a) ELI MOCELIN CECCON